



JUNHO 2026
Nº 06 | Ano 07

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA - 2025



JUNHO 2026

Nº 06 | Ano 07

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA - 2025



JUNHO 2026

Nº 06 | Ano 07

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA - 2025

Prefácio

A Lei Orgânica estabelece como uma das funções do Banco de Moçambique (BM) supervisionar as instituições de crédito e sociedades financeiras (ICSF). A

supervisão das ICSF é feita com recurso à combinação de ferramentas de natureza prudencial que concorrem para assegurar a estabilidade do sistema financeiro.

A estabilidade financeira pressupõe um sistema financeiro sólido, robusto e resiliente, que reduza a possibilidade de ocorrência de perturbações suficientemente graves, com impacto adverso na economia real.

O BM implementa a política macroprudencial através do reforço da resiliência do sector bancário a choques e desequilíbrios financeiros, bem assim da prevenção do risco sistémico. O BM dispõe de diversos instrumentos de política destinados a prevenir e mitigar o crescimento excessivo do crédito e da alavancagem, assim como a falta de liquidez no mercado; e a limitar quer as concentrações de exposições, quer a assumpção de riscos excessivos por parte de instituições sistemicamente importantes.

A função de autoridade de resolução bancária do BM foi reforçada pela Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro. Este quadro legal fortalece os mecanismos e instrumentos de resolução de instituições em risco de inviabilidade ou de insolvência, assegurando uma intervenção tempestiva e a recuperação ou liquidação ordeira das mesmas, minimizando desta forma repercussões negativas sobre o sistema financeiro.

O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) é uma publicação anual do Banco de Moçambique sobre os desenvolvimentos na estabilidade financeira. A presente edição faz a análise do ano 2025 e inclui as determinantes da conjuntura macrofinanceira internacional e doméstica, o desempenho do sistema financeiro nacional, o desempenho da infra-estrutura do sistema de pagamentos, a evolução dos riscos e vulnerabilidades, e as medidas de política macroprudencial em vigor.

O Governador

Rogério Lucas Zandamela

Índice Geral

Sumário Executivo.....	6
I. DESENVOLVIMENTOS NA ESTABILIDADE FINANCEIRA INTERNACIONAL.....	9
II. SISTEMA FINANCEIRO DOMÉSTICO	13
2.1. Sector Bancário.....	13
2.1.1. Níveis de Concentração do Sector Bancário.....	13
2.1.2. Estrutura do Balanço	14
2.1.3. Indicadores de Solidez Financeira	16
2.1.4. Indicadores de Solidez Financeira das Instituições de Crédito Domésticas de Importância Sistémica	20
2.1.5. Instituições de Moeda Electrónica	22
2.2. Fundos de Pensões	23
2.3. Sector de Seguros	24
2.4. Mercado de Valores Mobiliários	27
III. INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS.....	30
3.1. Sistema de transferências e liquidação interbancária em tempo real.....	31
3.2. Sistema de Compensação Electrónica (ACH)	32
3.3. Transacções Electrónicas Nacionais via SIMOrede	32
3.4. Peso Relativo dos Sistemas de Pagamentos.....	33
3.5. Desenvolvimentos Regulatórios em 2025	33
IV. AVALIAÇÃO DO RISCO SISTÉMICO	35
V. VULNERABILIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO.....	38
VI. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL	42
Glossário	47

Gráficos

Gráfico 1: Índice MSCI World	9
Gráfico 2: Volatilidade do Preço das Acções dos EUA – Índice VIX.....	9
Gráfico 3: Dívida Pública – Economias Avançadas.....	11
Gráfico 4: Dívida Pública – Economias de Mercados Emergentes	11
Gráfico 5: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias Avançadas	11
Gráfico 6: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias de Mercados Emergentes.....	12
Gráfico 7: Preços de Imóveis – China	12
Gráfico 8: Principais Rubricas do Activo.....	14
Gráfico 9: Peso dos Depósitos por Moeda	15
Gráfico 10: Evolução e Composição dos Depósitos.....	15
Gráfico 11: Principais Rubricas do Passivo	15
Gráfico 12: Evolução do <i>Tier I</i> , <i>Tier II</i> , Fundos Próprios, Activos Ponderados pelo Risco e Rácio de Solvabilidade	16
Gráfico 13: Adequação de Capital e Rácio de Alavancagem.....	16
Gráfico 14: Rácio de Cobertura do NPL	17
Gráfico 15: Rácio de NPL por Sectores de Actividade Económica	17
Gráfico 16: Contribuição dos Sectores de Actividade Económica no NPL.....	17

Gráfico 17: Estrutura do Crédito Reestruturado por Sectores de Actividade Económica – Dezembro 2025	18
Gráfico 18: Peso do Crédito Garantido por Imóveis sobre o Crédito Total.....	18
Gráfico 19: Evolução do ROA e ROE	18
Gráfico 20: Evolução do Rácio <i>Cost-to-Income</i>	19
Gráfico 21: Rácio de Transformação	19
Gráfico 22: Depósitos dos Fundos de Pensões no Sector Bancário	23
Gráfico 23: Aplicações dos Fundos de Pensões no MVM.....	24
Gráfico 24: Proporção dos Depósitos do Sector de Seguros no Sector Bancário	25
Gráfico 25: Investimentos Representativos das Provisões Técnicas	25
Gráfico 26: Depósitos vs. Investimentos (Milhões de Meticais).....	26
Gráfico 27: Evolução da Margem de Solvência no Sector de Seguros (Milhões de Meticais)	26
Gráfico 28: Peso das Aplicações do Sector de Seguros no MVM.....	27
Gráfico 29: Peso dos Sectores do Sistema Financeiro no MVM.....	27
Gráfico 30: Variação da Capitalização Bolsista	28
Gráfico 31: Peso dos Diversos Segmentos do MVM na Capitalização Bolsista.....	29
Gráfico 32: Estrutura da Dívida Pública Interna junto ao Sector Bancário	29
Gráfico 33: Peso do Volume de Transacções por Categoria de Valores Mobiliários	30
Gráfico 34: Taxas de Juro das Obrigações Cotadas na BVM e <i>Prime Rate</i>	30
Gráfico 35: Evolução de RTGS.....	31
Gráfico 36: Valor das Transacções dos Pagamentos do Estado	31
Gráfico 37: Quantidade de Transacções de Particulares e Empresas	31
Gráfico 38: Quantidade e Valor de Transacções na ACH	32
Gráfico 39: Evolução das Transacções Electrónicas Nacionais via SIMOrede.....	32
Gráfico 40: Pesos dos Sistemas de Pagamentos.....	33
Gráfico 41: Evolução do Índice de Risco Sistémico	35
Gráfico 42: Evolução das Categorias de Risco Sistémico.....	35
Gráfico 43: Hiato CE/PIB - Moçambique	41

Tabelas

Tabela 1: Concentração do Sector Bancário – Índice de Herfindahl-Hirschman	14
Tabela 2: Principais Indicadores de Liquidez	19
Tabela 3: Indicadores de Solidez Financeira Seleccionados para D-SIBs.....	21
Tabela 4: Posição do Balanço e Demonstração de Resultados das IME	22
Tabela 5: Crédito Concedido às Seguradoras – Dezembro de 2025.....	24
Tabela 6: Crédito Segurado – Dezembro de 2025	25
Tabela 7: Emissões Cotadas na BVM	30
Tabela 8: <i>Stock</i> da Dívida Pública.....	38
Tabela 9: Principais Indicadores de Fundos para o FGD	44

Caixas

Caixa 1: Índice Morgan Stanley Capital International (MSCI) World	10
Caixa 2: Regulamentação da Política Macroprudencial – Avaliação da Aplicação da Reserva de Capital Contracíclico no Sector Bancário Moçambicano.....	40
Caixa 3: Rede de Segurança de Depósitos e Resolução Bancária	43
Caixa 4: Análise de Resiliência do Sector Bancário – Teste de Esforço para 2027	46

Anexo

Anexo 1: Principais Indicadores de Solidez Financeira	50
---	----

Siglas

ACH	<i>Automated clearing house</i> (compensação electrónica)
ATM	<i>Automated teller machine</i> (caixa automático)
BCI	Banco Comercial e de Investimentos, S.A.
BIM	Banco Internacional de Moçambique, S.A.
BM	Banco de Moçambique
BT	Bilhetes do Tesouro
BVM	Bolsa de Valores de Moçambique
CE/PIB	Índice do crédito à economia sobre o produto interno bruto
D-SIBs	<i>Domestic systemically important banks</i> (bancos domésticos de importância sistémica)
DTI	<i>Debt-to-income</i> (rácio entre o valor das prestações dos empréstimos e os rendimentos do mutuário)
EUA	Estados Unidos da América
IA	Inteligência artificial
IME	Instituições de moeda electrónica
ISSM	Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique
LTV	<i>Loan-to-value</i> (rácio entre o montante do empréstimo e o valor da garantia)
MVM	Mercado de Valores Mobiliários
NPL	<i>Non-performing loan</i> (crédito em incumprimento)
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto interno bruto
POS	<i>Point of sale</i> (ponto de venda ou terminal de venda)
ROA	<i>Return on assets</i> (rendibilidade dos activos)
ROE	<i>Return on equity</i> (rendibilidade dos capitais próprios)
RTGS	Sistema de transferências e liquidação em tempo real
SNP	Sistema Nacional de Pagamentos

Sumário Executivo

O sistema financeiro global demonstrou resiliência perante riscos historicamente elevados, mantendo a sua estabilidade, apesar das crescentes tensões comerciais, geopolíticas e choques cibernéticos, que condicionaram a trajectória dos activos.

As incertezas comerciais, marcadas pelos ajustes tarifários dos Estados Unidos da América (EUA) e a escalada dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, fragilizaram as cadeias de abastecimento globais no início de 2025, pressionando a rendibilidade dos activos. Contudo, em meados do ano, uma forte propensão ao risco por parte dos investidores, impulsionada pelo desempenho do sector de inteligência artificial, inverteu essa tendência, reduzindo a volatilidade e promovendo uma rotação de capital para activos de maior rendibilidade.

Nas economias avançadas, a sustentabilidade fiscal foi ameaçada pelo incremento do endividamento público destinado ao financiamento de gastos com a segurança e tecnologia. Esta deterioração, especialmente na Zona Euro, contrastou com a robustez dos mercados emergentes, que se tornaram o destino preferencial dos investidores devido aos juros reais mais atractivos.

A nível doméstico, o BM consolidou o processo de normalização da política monetária, resultando na queda da taxa MIMO¹, o que reforçou os pilares da estabilidade financeira a médio prazo. A *prime rate* manteve a sua trajectória descendente, acompanhando a evolução da taxa MIMO iniciada em Janeiro de 2024, tendência igualmente verificada nas taxas de juro a retalho do sector bancário.

O sector bancário permaneceu estável, com rendibilidade satisfatória e níveis adequados de capitalização e liquidez. A qualidade da carteira de crédito do sector bancário registou melhoria, revertendo a tendência de deterioração observada no ano anterior.

¹ Taxa de juro de política monetária.

O rácio de solvabilidade global fixou-se em 28,14 %, cifra acima do mínimo regulamentar de 12,00 %, o que consubstancia uma margem confortável para fazer face a desequilíbrios financeiros. Os resultados líquidos ascenderam a 15,13 mil milhões de meticais, valor que representa uma redução de 38,85 % face ao ano anterior.

Os rácios de rentabilidade dos activos (ROA) e de rentabilidade dos capitais próprios (ROE) fixaram-se em 2,16 % e 8,63 %, respectivamente. Por outro lado, o rácio de cobertura de liquidez de curto prazo fixou-se em 60,46 %, acima do mínimo regulamentar de 25,00 %.

O rácio de crédito em incumprimento fixou-se em 7,47 %, uma melhoria face aos 9,35 % de 2024, ainda que a exposição ao risco permaneça acima dos referenciais prudenciais internacionais.

O nível de concentração no sector bancário, em 2025, manteve-se razoável, em virtude da proactividade dos bancos não sistémicos na captura de novas oportunidades de mercado. Em Dezembro de 2025, as quotas de mercado dos activos, depósitos e créditos dos bancos domésticos de importância sistémica (D-SIBs) situaram-se em 58,09 %, 62,18 % e 54,04 %, respectivamente, confirmando uma tendência decrescente de domínio dos grandes protagonistas em todos os indicadores.

O sector de seguros registou um crescimento de 7,61 %, impulsionado pelo incremento no ramo Vida. O sector mantém uma margem de solvência confortável, garantindo capacidade de absorção de perdas e cumprimento de obrigações.

O sector de fundos de pensões consolidou-se como uma fonte de financiamento crucial para o Mercado de Valores Mobiliários (MVM); em contrapartida, a sua relevância para o sector bancário é menor. Os depósitos dos fundos de pensões representavam apenas 0,18 % do total de depósitos do sector bancário, por outro lado, o peso do valor dos títulos detidos pelos fundos de pensões sobre o total dos títulos do sector do MVM foi de 36,88 %.

O MVM continuou a ser dominado por investimentos em títulos públicos. Neste contexto, os títulos públicos são responsáveis por 85,71 % do total da capitalização bolsista.

A infra-estrutura de pagamentos do País consolidou a transição para a economia digital, evidenciada pelo forte crescimento no volume e valor das transacções via POS, *mobile*, caixas automáticos (ATM), *internet banking* e instituições de moeda electrónica, integradas na SIMOrede, que superou o desempenho de métodos de pagamentos tradicionais, como cheques e transferências bancárias ordinárias.

Este dinamismo foi acompanhado por desenvolvimentos tecnológicos e regulatórios, e a aprovação de novas normas de cibersegurança, para fortalecer a resiliência do sistema financeiro.

O risco sistémico permaneceu no nível moderado, reflectindo a redução do risco macroeconómico, num contexto em que os níveis dos riscos soberano, de crédito, de liquidez, de mercado e de rendibilidade e solvência se mantiveram inalterados.

O BM manteve inalterados todos os instrumentos da política macroprudencial em vigor, de modo a permitir a absorção de potenciais perdas resultantes da materialização de riscos e vulnerabilidades no sistema financeiro. Os requisitos de capital adicional para os D-SIBs e Quase D-SIBs permanecem em 3,0 %, 2,0 % e 1,0 %, respectivamente. Adicionalmente, o rácio entre o montante do empréstimo e o valor da garantia (LTV) e o rácio entre o valor das prestações dos empréstimos e os rendimentos do mutuário (DTI) continuam com limites máximos de 100 %, respectivamente.

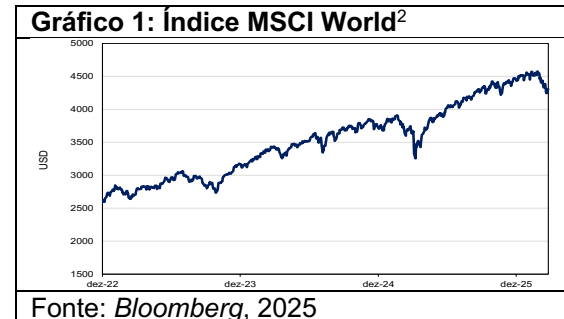
I. DESENVOLVIMENTOS NA ESTABILIDADE FINANCEIRA INTERNACIONAL

O sistema financeiro global manteve-se resiliente, apesar dos riscos historicamente elevados decorrentes da crescente disputa comercial, das tensões geopolíticas e dos choques climáticos e cibernéticos, que contribuíram para a volatilidade dos activos financeiros.

O início do ano 2025 foi marcado por ajustamentos na política externa dos EUA, sobretudo nos âmbitos comercial e geoestratégico, e pela persistência dos conflitos militares na Ucrânia e no Médio Oriente. Estes factores de risco exógenos condicionaram a eficiência das cadeias de abastecimento e os fluxos comerciais, com repercussões na dinâmica da actividade económica global e dos mercados financeiros.

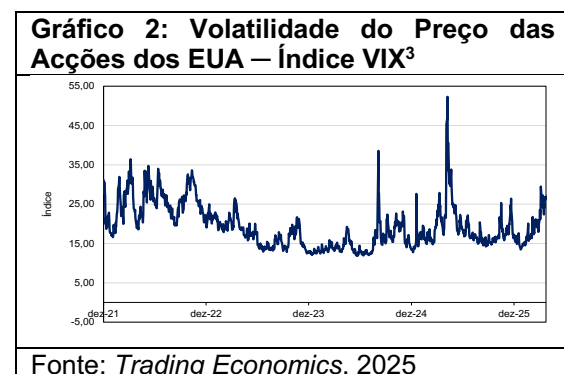
Embora os acordos comerciais celebrados no segundo semestre tenham atenuado alguns riscos à estabilidade financeira, o ambiente geopolítico e macrofinanceiro global permaneceu incerto. Contudo, apesar dessa incerteza, a crescente apetência pelo risco nos mercados financeiros

favoreceu a redução da volatilidade dos preços dos activos, especialmente na segunda metade de 2025 (Gráfico 1).



Por seu turno, a maior apetência pelo risco impulsionou os investidores a expandirem a sua exposição em busca de rentabilidade, com foco no sector de inteligência artificial (IA).

Este movimento gerou uma realocação de capital, de activos seguros para activos de risco. Paralelamente, o índice VIX, termómetro da volatilidade esperada nos EUA, registou uma trajectória descendente após o pico registado em Abril, impulsionado pela crise gerada pelo anúncio de tarifas comerciais (Gráfico 2).



² Sobre o índice MSCI World *vide* Caixa 1.

³ O índice VIX é um indicador que estima a volatilidade esperada do mercado de acções dos EUA.

Caixa 1: Índice Morgan Stanley Capital International (MSCI) World

O **MSCI World** é um índice bolsista global, amplamente seguido, que mede o desempenho das acções de mais de 1300 empresas de grande e média capitalização em 23 países desenvolvidos.

As economias que estão no escopo do índice **MSCI World** são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, Noruega, Portugal, Singapura, Suécia, Suíça e Reino Unido.

Para além do **MSCI World**, existem outros 3 índices MSCI, designadamente: (i) **MSCI ACWI** – que reflecte o desempenho das acções de diferentes empresas tanto dos mercados emergentes quanto dos desenvolvidos; (ii) **MSCI Emerging Markets** – que reflecte o desempenho de acções de empresas de países emergentes; e (iii) **MSCI ESG** – que agrupa as empresas com alto padrão de critérios ambientais, sociais e de governança.

Os índices **MSCI** são indicadores de desempenho do mercado de acções em uma determinada área geográfica ou conjunto de acções globais e funcionam como uma espécie de termómetro do mercado financeiro, ao permitir que os investidores comparem o desempenho de fundos e carteiras de investimento com o desempenho desses índices.

A valorização dos índices sinaliza o optimismo e confiança dos investidores globais associado à percepção de menor risco, num contexto de crescimento da economia e bom desempenho das empresas.

No sentido contrário, a redução dos índices sinaliza a percepção de incremento do risco dos investidores associado, muitas vezes, a instabilidades geopolíticas, recessões e crises financeiras, com reflexos no desempenho do sistema financeiro.

O desempenho positivo do índice **MSCI World** reflecte a estabilidade das economias desenvolvidas, resultado de um ambiente de negócios estável e rentável.

Os relatórios do BM sobre a estabilidade financeira consideram este índice na avaliação da dinâmica do mercado financeiro, estando em linha com experiências internacionais neste domínio.

Os investidores, preocupados com o aumento do endividamento público e desequilíbrios fiscais nas economias avançadas, migraram os seus recursos para investimentos em títulos públicos de mercados emergentes, que apresentavam retornos superiores.

Essa deterioração fiscal foi agravada por tensões geopolíticas, que forçaram os governos das economias avançadas a priorizarem gastos em segurança e tecnologia via endividamento público.

Consequentemente, a revisão em alta das projecções da dívida pública, especialmente na Zona Euro, elevou o risco de sustentabilidade e tornou-se uma ameaça à estabilidade financeira global (Gráficos 3 e 4).

Os rendimentos dos títulos de longo prazo nos EUA registaram uma trajectória ascendente, tendência igualmente verificada na Zona Euro, ainda que de forma menos acentuada (Gráfico 5).

Em sentido oposto, os títulos da dívida pública das economias emergentes divergiram desse comportamento. Esta dinâmica consolidou tais activos como uma das principais escolhas dos investidores no período (Gráfico 6).

Esta preferência ocorre porque, enquanto as economias avançadas enfrentam pressões fiscais crescentes e inflação persistente, muitos mercados emergentes oferecem juros reais elevados e maior resiliência fiscal. Estes factores tornam o prémio de risco destes títulos particularmente atractivo.

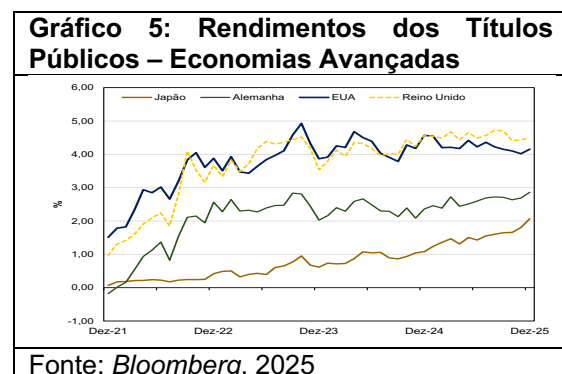
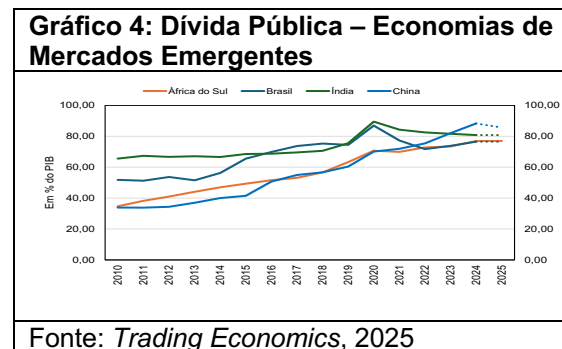
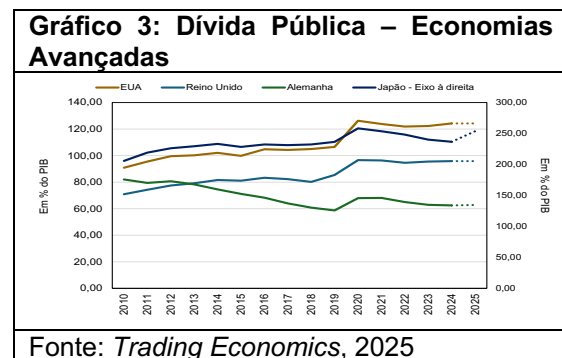
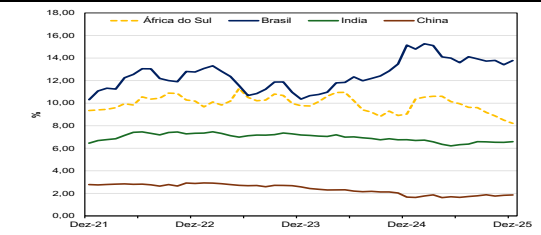


Gráfico 6: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias de Mercados Emergentes



Fonte: *Bloomberg*, 2025

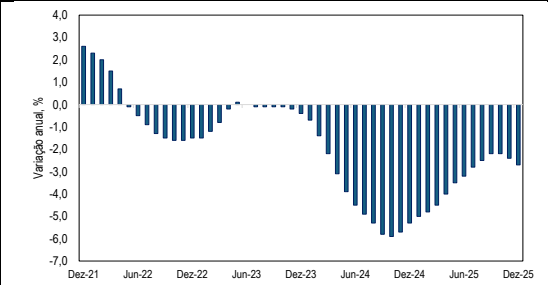
Os riscos no sector imobiliário global permanecem contidos, apesar da forte discrepância entre os segmentos. Enquanto os segmentos residencial e logístico demonstram robustez, o mercado de escritórios enfrenta uma crise de ociosidade⁴.

Esta ociosidade, impulsionada pela consolidação do trabalho remoto, que reduziu drasticamente a ocupação física nos grandes centros financeiros, tem forçado a reavaliação de activos e a reconversão de edifícios corporativos em habitação ou centros de dados.

Esta adaptação protege as carteiras dos investidores e mitiga riscos para a estabilidade financeira (Gráfico 7).

⁴ Excesso de imóveis ou espaços disponíveis para arrendamento, mas sem procura.

Gráfico 7: Preços de Imóveis – China



Fonte: *Trading Economics*, 2025

O sistema financeiro global opera actualmente sob um novo paradigma de risco, no qual as ameaças cibernéticas e climáticas se consolidaram como os principais vectores de instabilidade sistémica.

A intensificação das tensões geopolíticas, aliada à elevada dependência de prestadores externos de serviços tecnológicos, incrementou a vulnerabilidade das instituições bancárias a ataques cibernéticos, exigindo um reforço contínuo da resiliência operacional tanto em economias avançadas como em mercados emergentes.

Paralelamente, a mitigação dos impactos dos riscos climáticos é condicionada pela actual conjuntura geopolítica, que limita a implementação de políticas para mitigar os efeitos dos riscos físicos e restringe o financiamento necessário à transição energética.

II. SISTEMA FINANCEIRO DOMÉSTICO

Os principais indicadores financeiros mostram que o sistema financeiro moçambicano continua estável, sólido e bem capitalizado, não obstante a prevalência de choques internos e externos. O sistema financeiro registou uma aceleração do ritmo de crescimento, passando de 2,22 % em 2024 para 3,18 % em 2025.

2.1. Sector Bancário

Durante o período em análise, o sector bancário manteve-se estável, com rendibilidade satisfatória e níveis adequados de capitalização e liquidez.

O rácio de solvabilidade global fixou-se em 28,14 %, cifra acima do mínimo regulamentar de 12,00 %, o que consubstancia uma margem confortável para fazer face a desequilíbrios financeiros.

Os resultados líquidos foram de 15,13 mil milhões de meticaís, valor que representa uma redução de 38,85 % face ao período homólogo de 2024. Do

total apurado, os bancos de importância sistémica contribuíram em 59,11 % dos lucros, totalizando 9,36 mil milhões de meticaís.

Relativamente à qualidade dos activos, o rácio de NPL fixou-se em 7,47 %, após 9,31 % em Dezembro de 2024, porém continuou acima do limite máximo internacionalmente recomendado de 5,00 %.

2.1.1. Níveis de Concentração do Sector Bancário

Em Dezembro de 2025, os 3 D-SIBs, designadamente BCI, Millennium bim e Standard Bank, detinham conjuntamente 58,09 %, 62,18 % e 54,04 % dos activos, depósitos e crédito do sector bancário, respectivamente, contra 59,85 %, 64,03 % e 54,49 % observados em igual período de 2024 (Tabela 1).

O índice de Herfindahl-Hirschman⁵ dos activos, depósitos e crédito fixou-se em 1313, 1506 e 1305 pontos, respectivamente, indicando um nível de concentração razoável no sector.

⁵ O Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) é definido como a soma dos quadrados das quotas de mercado das firmas a operar num mercado, assim traduzindo o grau de concentração nesse mercado. Valores inferiores a 1000 indicam ausência de concentração, valores superiores a

1800 indicam elevada concentração e valores entre 1000 e 1800 indicam concentração razoável. "Forum Think Finance - Internet, Fevereiro de 2012".

Nos últimos anos, este indicador tem demonstrado uma tendência decrescente, revelando dinamismo e competição no sector, onde se verifica a conquista do mercado por parte de alguns bancos não D-SIBs (Tabela 1).

Tabela 1: Concentração do Sector Bancário – Índice de Herfindahl-Hirschman

	Dez-21	Dez-22	Dez-23	Dez-24	Dez-25
IHH - Activos	1501	1533	1410	1378	1313
Três maiores bancos (D-SIBs)	63,16%	64,45%	60,78%	59,85%	58,09%
Cinco maiores bancos	82,33%	81,38%	79,46%	74,99%	73,19%
Dez maiores bancos	91,05%	89,77%	88,55%	88,01%	86,93%
IHH - Depósitos	1703	1707	1657	1597	1506
Três maiores bancos (D-SIBs)	67,63%	68,01%	66,16%	64,03%	62,18%
Cinco maiores bancos	86,81%	85,96%	85,77%	80,33%	78,66%
Dez maiores bancos	94,62%	92,14%	93,50%	94,47%	93,26%
IHH - Créditos	1388	1294	1320	1368	1305
Três maiores bancos (D-SIBs)	56,80%	54,23%	54,37%	54,41%	54,04%
Cinco maiores bancos	79,45%	78,23%	76,93%	72,39%	70,14%
Dez maiores bancos	90,05%	89,81%	89,68%	83,00%	82,04%

Fonte: BM, 2025

2.1.2. Estrutura do Balanço

2.1.2.1. Activo

Em Dezembro de 2025, os activos do sector bancário ascenderam a 1.096,34 mil milhões de meticais, o que representa um crescimento de 7,39 %, quando comparado com igual período de 2024.

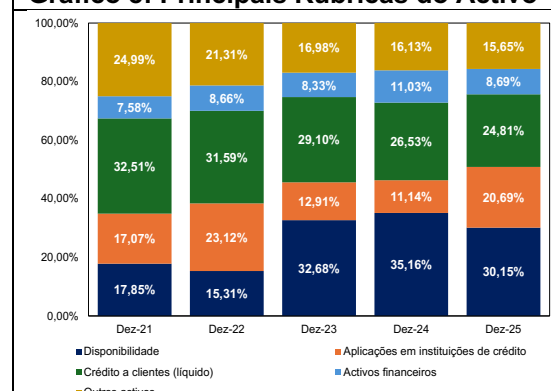
Este desempenho reflecte o aumento do volume de aplicações em instituições de crédito, que duplicou em relação ao período homólogo, com destaque para as operações de compra com acordos de revenda, aplicações no Mercado Monetário Interbancário e depósitos com pré-aviso. A variação do activo foi atenuada

pela redução das disponibilidades, que diminuíram em 7,90 %.

Em termos de composição do activo, o sector bancário continuou a privilegiar o investimento em activos de elevada liquidez e rendibilidade, com destaque para disponibilidades, aplicações em instituições de crédito e activos financeiros de elevada liquidez e rendibilidade, com destaque para disponibilidades, aplicações em instituições de crédito e activos financeiros, que representavam 59,52 % do total do activo (53,91 % em Dezembro de 2024).

O crédito líquido de imparidades continua a representar a segunda posição na estrutura patrimonial, com um peso de 24,81 %, ainda que tenha registado uma redução de 1,72 pp comparativamente a Dezembro de 2024 (Gráfico 8).

Gráfico 8: Principais Rubricas do Activo



Fonte: BM, 2025

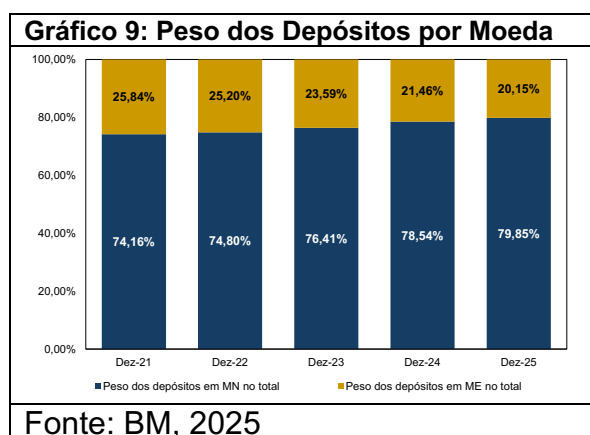
2.1.2.2. Passivo

Em Dezembro de 2025, o passivo total do sector bancário fixou-se em 907,17 mil milhões de meticais, representando um aumento de 7,16 % face ao período homólogo de 2024.

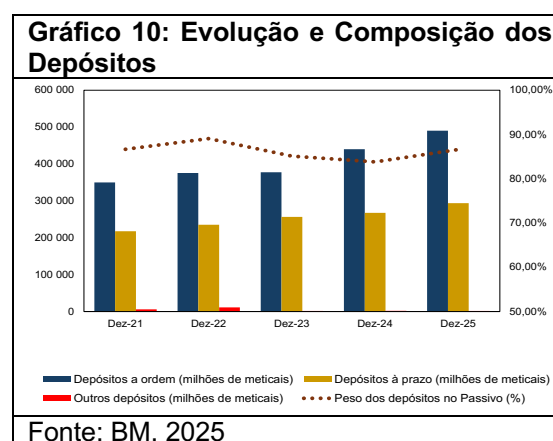
Esta variação resultou, fundamentalmente, do aumento dos depósitos em 76,22 mil milhões de meticais, o equivalente a 10,17 % em relação ao período homólogo de 2024.

Os depósitos, que constituem a principal fonte de financiamento da actividade bancária, fixaram-se em 785,64 mil milhões de meticais, dos quais 79,85 % em moeda nacional e o remanescente em moeda estrangeira.

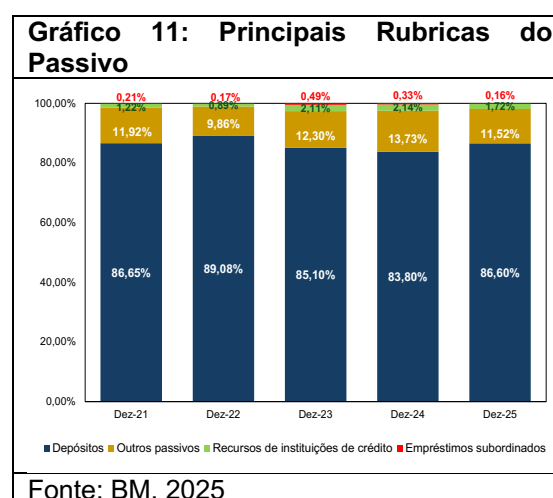
O peso dos depósitos em moeda estrangeira sobre os depósitos totais manteve a tendência decrescente registada nos últimos anos, ao fixar-se em 20,15 % (Gráfico 9).



Por seu turno, os depósitos à ordem situaram-se em 490,16 mil milhões de meticais, representando 62,39 % dos depósitos totais, seguidos dos depósitos a prazo, com peso de 37,41 %, e os remanescentes correspondem a outros depósitos (Gráfico 10).



Na estrutura do passivo, os depósitos representam 86,60 % do total, contra 83,80 % observados em 2024, e continuam a constituir a maior fonte de recursos das instituições de crédito (Gráfico 11).



2.1.3. Indicadores de Solidez Financeira

2.1.3.1. Adequação de Capital

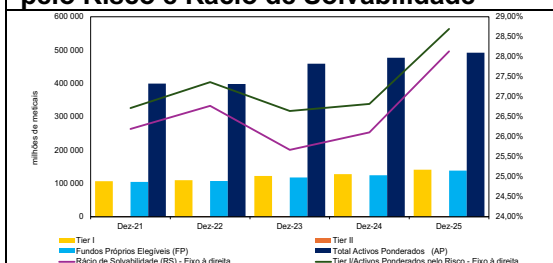
Os indicadores de adequação de capital demonstram que o sector bancário continua sólido.

Com efeito, em Dezembro de 2025, o rácio de solvabilidade global fixou-se em 28,14 %, após 26,11 % no período homólogo de 2024, acima do mínimo regulamentar de 12,00 %.

Esta dinâmica deveu-se ao aumento dos fundos próprios em 11,18 %, reflexo do aumento das reservas legais, estatutárias e outras, ainda que os activos ponderados pelo risco tenham incrementado em 3,17 %.

O rácio de solvabilidade de base registou um crescimento de 1,87 pp, ao fixar-se em 28,70 %, acima do mínimo regulamentar de 10,00 % (Gráfico 12).

Gráfico 12: Evolução do Tier I, Tier II, Fundos Próprios, Activos Ponderados pelo Risco e Rácio de Solvabilidade

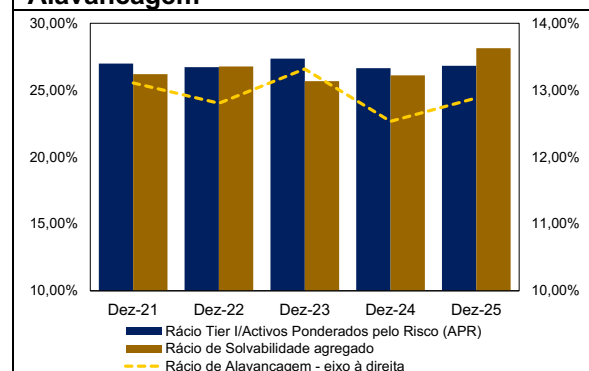


Fonte: BM, 2025

Em Dezembro de 2025, o rácio de alavancagem (que mede a dimensão

em que os activos totais e extrapatrimoniais são financiados pelos capitais próprios) registou um aumento de 0,35 pp comparativamente ao observado no mesmo período de 2024, tendo-se fixado em 12,88 % (Gráfico 13).

Gráfico 13: Adequação de Capital e Rácio de Alavancagem



Fonte: BM, 2025

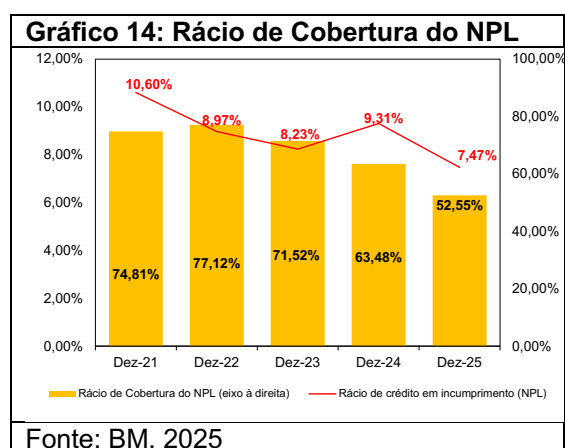
2.1.3.2. Qualidade de Activos

O rácio de NPL fixou-se em 7,47 %, contra 9,31 % registados no período homólogo de 2024, todavia acima do limite de 5,0 %, internacionalmente recomendado. Esta redução reflecte uma melhoria da qualidade da carteira de crédito, impulsionada por saneamentos e regularizações, retomando a tendência interrompida em 2024.

O crédito em incumprimento totalizou 27,99 mil milhões de meticais, contra 30,41 mil milhões de meticais registados no período homólogo de

2024, o que representa uma redução de 7,97 %.

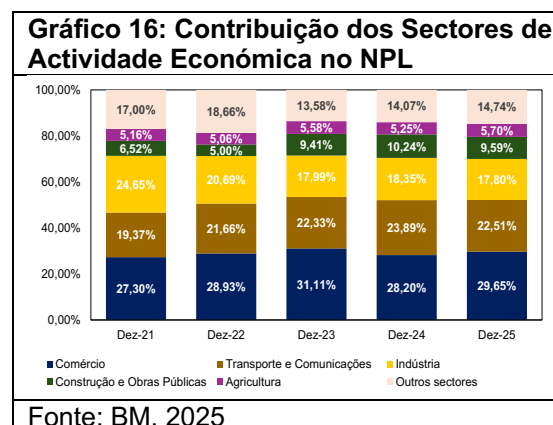
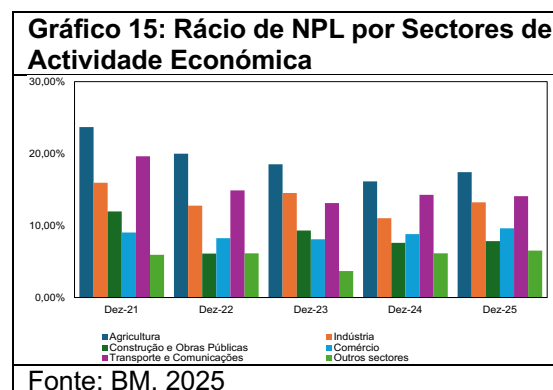
O rácio de cobertura do NPL manteve a tendência de redução ao longo do tempo. Em 2025, este fixou-se em 53,21 %, contra 63,48 % registados no período homólogo de 2024 (Gráfico 14).



A nível sectorial, a agricultura, transportes e comunicações, a indústria, bem como o comércio, concentraram as maiores cifras do crédito em incumprimento.

Efectivamente, em Dezembro de 2025 os rácios de NPL dos referidos sectores fixaram-se em 17,42 %, 14,08 %, 13,23 % e 9,62 %, respectivamente, reflectindo, em parte, o impacto da instabilidade pós-eleitoral e choques climáticos (Gráfico 15).

Em termos de distribuição do peso do NPL por sectores de actividade económica, a maior concentração registou-se no comércio, com 29,65 %, seguido de transportes e comunicações, com 22,51 % (Gráfico 16).

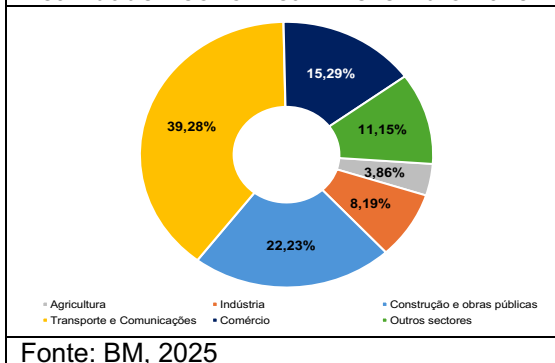


No período em análise, o crédito reestruturado atingiu 21,46 mil milhões de meticais, representando 7,92 % da carteira total do crédito.

O sector de transportes e comunicações apresenta a maior cifra, com um peso de 39,28 % no total do crédito reestruturado, seguido de construção e obras públicas, com 22,23 %, e comércio, com 15,29 %. A

agricultura registou uma reestruturação de 3,86 % (Gráfico 17).

Gráfico 17: Estrutura do Crédito Reestruturado por Sectores de Actividade Económica – Dezembro 2025

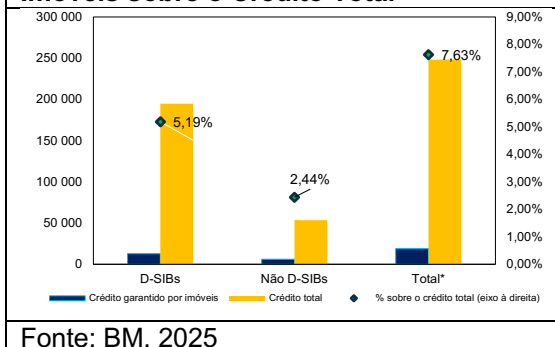


2.1.3.3. Crédito Garantido por Imóveis

Prevalece a baixa exposição do sector bancário em relação aos financiamentos garantidos por imóveis.

No período em análise, o volume de crédito garantido por imóveis fixou-se em 18,96 mil milhões de meticais, correspondente a 7,63 % da carteira total. Os D-SIBs representam 68,00 % dos financiamentos garantidos por imóveis (Gráfico 18).

Gráfico 18: Peso do Crédito Garantido por Imóveis sobre o Crédito Total



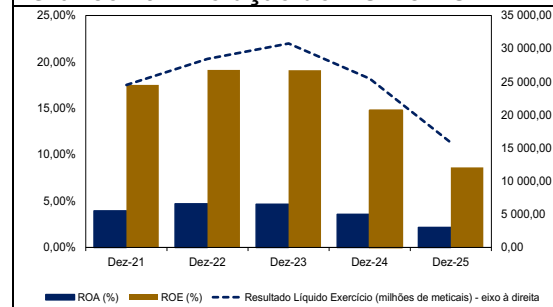
2.1.3.4. Rendibilidade

Em Dezembro de 2025, o resultado líquido do sector bancário situou-se em 15,83 mil milhões de meticais, representando uma redução de 37,86 % em relação ao período homólogo do ano anterior.

Esta redução resulta, por um lado, do aumento dos custos operacionais, com destaque para os gastos com pessoal, e, por outro, da redução de outros resultados de exploração, reflectindo o aumento das perdas por imparidade.

Consequentemente, os indicadores de rendibilidade, designadamente Rendibilidade dos Activos (ROA), Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) e rácio *cost-to-income*, registaram uma contracção de 1,41 pp para 2,16 %, de 6,14 pp para 8,63 % e de 1,67 pp para 56,55 %, respectivamente, tendo, contudo, permanecido em níveis satisfatórios (Gráfico 19).

Gráfico 19: Evolução do ROA e ROE

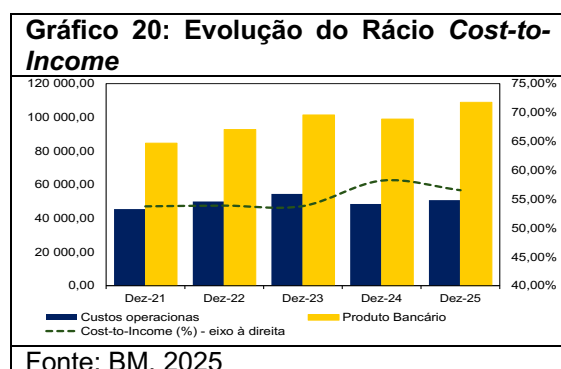


A margem financeira registou um incremento de 6,17 % face ao período homólogo de 2024, reflectindo um ligeiro aumento da contribuição da intermediação financeira nos resultados e manutenção do seu contributo para a evolução dos mesmos.

Contudo, o rácio da margem financeira reduziu, ao fixar-se em 63,53 %, contra 66,65 % observados no período homólogo de 2024.

Refira-se que a variação da margem financeira é essencialmente sustentada pelo efeito volume de intermediação, sendo que dados históricos revelam que o diferencial das taxas de juro entre operações activas e passivas não observa variações consideráveis.

A redução da eficiência é explicada pelo incremento dos custos operacionais, essencialmente, o aumento dos custos com pessoal em 5,69 % (Gráfico 20).



2.1.3.5. Liquidez e Gestão de Fundos

Em Dezembro de 2025, os indicadores de liquidez cresceram comparativamente ao período homólogo do ano anterior, assegurando a continuidade das operações de financiamento do sector bancário (Tabela 2).

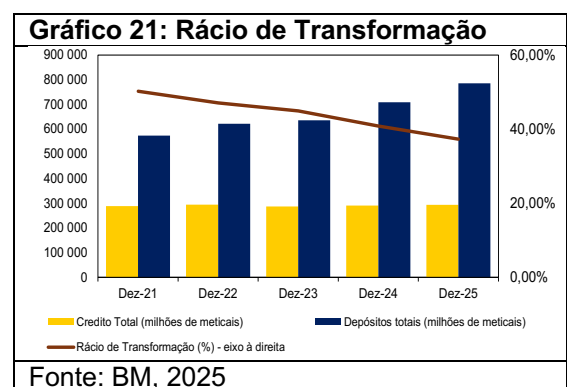
Tabela 2: Principais Indicadores de Liquidez

Descrição	Dez-21	Dez-22	Dez-23	Dez-24	Dez-25
Rácio Activos líquidos/Depósitos totais	67,98%	69,49%	49,62%	52,56%	62,76%
Rácio Activos líquidos/total do Activo	47,89%	50,49%	34,36%	36,49%	44,97%
Rácio de Cobertura de liquidez de curto prazo	68,30%	69,79%	47,42%	49,64%	60,46%
Rácio de transformação de depósitos em crédito	50,22%	47,09%	44,90%	40,84%	37,28%

Fonte: BM, 2025

A apetência dos bancos por investimentos em activos de elevada liquidez, rentabilidade e menor risco tem resultado na redução do rácio de transformação nos últimos anos (Gráfico 21).

Com efeito, este rácio passou de 40,84 %, em Dezembro de 2024, para 37,28 %, em Dezembro de 2025.



Adicionalmente, o crescimento dos depósitos de clientes a um ritmo superior ao do crescimento do crédito reflectiu-se na redução do rácio de

transformação e consequente melhoria da posição de liquidez.

O rácio de cobertura de liquidez de curto prazo aumentou em 10,82 pp, fixando-se em 60,46 % em Dezembro de 2025 (Tabela 2), reflexo da redução do coeficiente de reservas obrigatórias.

2.1.4. Indicadores de Solidez Financeira das Instituições de Crédito Domésticas de Importância Sistémica⁶

Em 2025, os D-SIBs, designadamente BCI, Millennium bim e Standard Bank, apresentaram níveis adequados de capitalização, rendibilidade e liquidez. Entretanto o rácio de NPL situa-se acima do nível internacionalmente recomendado (Tabela 3).

2.1.4.1. Adequação de Capital

Os D-SIBs continuam a observar os requisitos mínimos regulatórios para os principais rácios de adequação de capital.

Com efeito, o rácio de solvabilidade global situou-se em 29,94 % (27,28 % em Dezembro de 2024) e o rácio *Tier I* fixou-se em 30,89 % (28,36 % em Dezembro de 2024), mostrando robustez do ponto de vista de capital.

2.1.4.2. Qualidade de Activos

Em Dezembro de 2025, o rácio do NPL dos D-SIBs fixou-se em 5,74 %, (7,47 % do sector bancário), após 5,93 % (9,31 % do sector) em Dezembro de 2024. Por seu turno, o rácio de cobertura do NPL fixou-se em 44,73 %

⁶ Segundo o Aviso n.º 10/GBM/2018, são aquelas cujo desequilíbrio financeiro ou insolvência pode causar uma

perturbação significativa no sistema financeiro e na actividade económica no seu todo.

(53,21 % no sector bancário), contra 45,12 % (63,48 % no sector) no período homólogo de 2024.

Os dados acima mostram que os indicadores da qualidade dos activos dos D-SIBs permaneceram estáveis, porém abaixo da média do sector bancário.

2.1.4.3. Rendibilidade

Em Dezembro de 2025, os resultados líquidos dos D-SIBs reduziram em 45,79 % comparativamente ao período homólogo de 2024, invertendo a tendência crescente verificada nos anos anteriores.

No período em análise, os resultados líquidos dos D-SIBs fixaram-se em 9,36 mil milhões de meticais, o que representa 59,11 % dos resultados líquidos do sector bancário. Os principais indicadores de rendibilidade, designadamente ROA e ROE, continuam em níveis satisfatórios, tendo-se fixado em 1,47 % e 8,58 %, respectivamente.

2.1.4.4. Liquidez e Gestão de Fundos

Em Dezembro de 2025, os depósitos de clientes dos D-SIBs continuaram expressivos, mantendo a tendência crescente. Com efeito, os mesmos

ascenderam a 488,39 mil milhões de meticais, contra 453,76 mil milhões de meticais registados no período homólogo de 2024.

Destes, 308,4 mil milhões de meticais correspondem aos depósitos à ordem, representando 63,15 % do total dos D-SIBs.

Em Dezembro de 2025, o rácio de cobertura de liquidez de curto prazo situou-se em 62,96 % (acima da média do sector de 60,46 %), contra 52,44 % registados em igual período de 2024 (Tabela 3).

O rácio de transformação observou uma trajectória decrescente e em linha com a tendência do sector, reflectindo a redução da intermediação financeira e a opção por activos mais líquidos.

Com efeito, o rácio de transformação situou-se em 31,70 %, contra 34,18 % observados em igual período do ano anterior (Tabela 3).

Descrição	Dez-23		Dez-24		Dez-25	
	D-SIBs	Sistema	D-SIBs	Sistema	D-SIBs	Sistema
Adequação de capital						
Rácio de solvabilidade agregado	27,39%	25,67%	27,28%	26,11%	29,94%	28,14%
Rácio Tier I / Activos ponderados pelo risco	28,32%	26,65%	28,36%	26,82%	30,89%	28,70%
Qualidade de activos						
Rácio do NPL	7,17%	8,24%	5,93%	9,31%	5,74%	7,47%
Rácio de cobertura do NPL	49,09%	66,04%	45,12%	60,29%	44,73%	53,21%
Rendibilidade						
ROA	4,16%	4,66%	2,91%	3,57%	1,47%	2,16%
ROE	23,35%	19,11%	16,75%	14,77%	8,58%	8,63%
Liquidez e gestão de fundos						
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	50,63%	47,42%	52,44%	49,64%	62,96%	60,46%
Rácio activos líquidos sobre depósitos totais	53,60%	34,36%	56,15%	52,56%	66,17%	62,76%
Rácio de transformação dos depósitos em crédito	38,19%	44,90%	34,18%	40,84%	31,70%	37,28%

Fonte: BM, 2025

2.1.5. Instituições de Moeda Electrónica

Em 2025, a actividade do sector bancário continuou a ser marcada pelo desenvolvimento de novos produtos, pela expansão dos serviços financeiros e dos canais de distribuição digitais, bem como pelo crescimento da actividade das instituições de moeda electrónica (IME).

As disponibilidades em instituições de crédito registaram um crescimento de 21,00 %, face a Dezembro de 2024, continuando expressivos na estrutura do activo patrimonial das IME.

Em Dezembro de 2025, as mesmas representavam um peso de cerca de 94,00 % dos activos totais, contra 96,00% em Dezembro de 2024.

Os recursos de clientes revelam uma tendência crescente e continuam a dominar a estrutura do passivo no balanço deste segmento de instituições, com um peso de 90,00 % sobre o total, contra 89,00% registados em Dezembro de 2024.

Os resultados líquidos registaram um incremento de 3,00 % face a Dezembro de 2024, ao se fixarem em 2,43 mil

milhões de meticais, contra 2,37 mil milhões de meticais alcançados no ano precedente.

As comissões, que, pela natureza das IME, são determinantes para a formação dos resultados, registaram um incremento de 16,00 %, ao passar para 6,32 mil milhões de meticais, no período em análise, contra 5,46 mil milhões de meticais em Dezembro de 2024 (Tabela 4).

Tabela 4: Posição do Balanço e Demonstração de Resultados das IME
milhões de meticais

Descrição	Dez-24	Peso (%)	Dez-25	Peso (%)	variação
Disponibilidades em BC e IC's	24 647,4	95,68%	29 876,3	94,23%	21,21%
Outros activos	1 113,5	4,32%	1 829,6	5,77%	64,31%
Activos totais	25 761,3		31 705,9		23,08%
Recursos de Clientes	17 149,5	89,31%	20 238,7	90,37%	18,01%
Outros passivos	2 053,6	10,69%	2 155,9	9,63%	4,98%
Passivo Total	19 203,1		22 394,7		16,62%
Margem Financeiro	613,5	10,07%	491,1	7,24%	-19,95%
Comissões	5 459,6	89,64%	6 315,2	93,15%	15,67%
Resultados de oper. financiras	-24,4	-0,40%	-5,1	-0,08%	-79,11%
Produto Bancário	6 090,6		6 779,9		11,32%
Resultados Líquidos	2 370,4	38,92%	2 437,1	35,95%	2,82%

Fonte: BM, 2025

2.2. Fundos de Pensões⁷

O sector de fundos de pensões demonstrou, no período em análise, ser uma fonte de financiamento relevante para o sector do MVM e menos expressiva para o sector bancário, que possui uma base mais ampla de fontes de financiamento.

Devido às suas características, os fundos de pensões desempenham um papel contributivo positivo para a estabilidade financeira, através dos seus efeitos em cadeia, nomeadamente: (i) aumento da poupança; (ii) aumento da disponibilidade de capital estável e de longo prazo; e (iii) redução da volatilidade nos mercados de capitais.

2.2.1. Peso dos Depósitos dos Fundos de Pensões no Sector Bancário

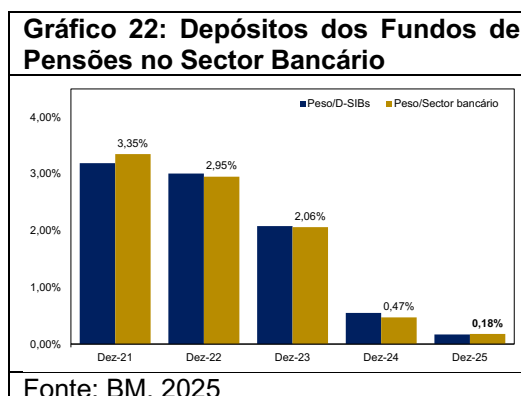
Em Dezembro de 2025, o montante de depósitos dos fundos de pensões (obrigatórios e complementares⁸) atingiu cerca de 1,45 mil milhões de meticais. Que, comparado a Dezembro do ano precedente (2,69 mil milhões de

meticais), reflecte uma redução em cerca de 46,27 %.

Esta redução está associada ao aumento de investimentos, pelos fundos de pensões, em instrumentos de longo prazo transaccionados no MVM, em detrimento de aplicações de curto prazo no sector bancário.

No período em referência, o peso dos depósitos dos fundos de pensões sobre o total dos depósitos do sector bancário foi de 0,18 %, contra 0,36 % registados em Dezembro de 2024 (Gráfico 22).

Esta redução do peso dos depósitos junto ao sistema bancário vem demonstrar que os recursos dos fundos de pensões tendem a ser uma fonte de financiamento de menor peso, com impacto pouco expressivo na avaliação do risco no sector bancário.



⁷ Constituído por fundos obrigatórios e complementares.

⁸ A segurança social complementar visa reforçar as prestações da segurança social obrigatória (Decreto n.º 25/2009, de 17 de Agosto, do Conselho de Ministros).

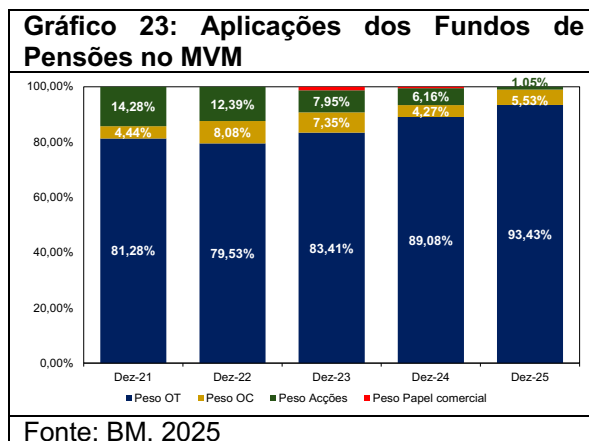
2.2.2. Peso dos Fundos de Pensões no MVM

O peso do valor dos títulos na posse dos fundos de pensões sobre o total do valor dos títulos no MVM evidenciou uma tendência crescente (Gráfico 28).

No período em análise, o peso do valor dos títulos detidos pelos fundos de pensões sobre o total dos títulos do MVM foi de 36,88 %, o que representa um aumento de 6,41 pp, comparativamente a Dezembro de 2024.

Esta tendência, em sentido diferente daquela observada em relação à dinâmica do peso dos depósitos dos fundos de pensões sobre o total dos depósitos do sector bancário, atesta que os gestores destes fundos estão cada vez mais a investir os seus recursos no MVM, em detrimento dos depósitos bancários.

À semelhança do apetite ao risco soberano evidenciado pelo sector bancário, os investimentos dos fundos de pensões no MVM também estão concentrados nas obrigações do Tesouro (OT), em detrimento dos outros títulos disponíveis no mercado de capitais, ficando desta forma, também expostos ao risco soberano (Gráfico 23).



2.3. Sector de Seguros

O sector de seguros registou, em 2025, uma produção global de 24,17 mil milhões de meticais, representando um crescimento de 7,61 % em comparação com o ano anterior.

Este crescimento é reflexo, essencialmente, do incremento da produção do ramo vida.

2.3.1. Crédito da Banca ao Sector de Seguros

Os créditos contraídos pelas empresas do sector de seguros representam 0,36 % da carteira total do crédito do sector bancário. Relativamente aos D-SIBs, esta cifra representa 0,20 % do total do crédito concedido por este segmento (Tabela 5).

Tabela 5: Crédito Concedido às Seguradoras – Dezembro de 2025		
mil milhões de meticais		
	D-SIB's	Sistema
Total do Crédito Concedido às Seguradoras	0,35	1,03
Crédito Total	177,85	287,20
Peso	0,20%	0,36%

Fonte: BM, 2025

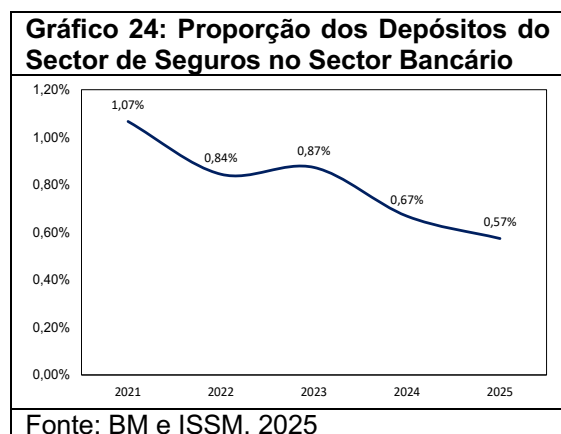
Por outro lado, do crédito total do sistema bancário, no montante de 287,2 mil milhões, 38,07 % (109,35 mil milhões de meticais) corresponde ao crédito segurado. Os D-SIBs detêm 62,02 % do crédito segurado (Tabela 6).

Tabela 6: Crédito Segurado – Dezembro de 2025			
mil milhões de meticais			
	D-SIB's	Sistema	Peso
Seguros de Crédito - Total	67,82	109,35	62,02%
Crédito Total	177,85	287,20	61,93%
Peso sobre o Crédito Total	38,13%	38,07%	

Fonte: BM, 2025

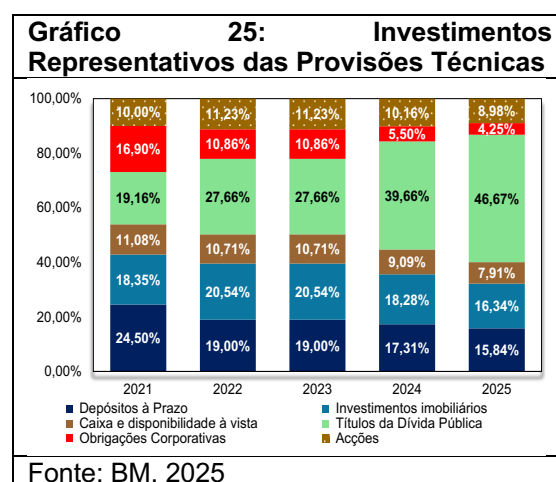
2.3.2. Proporção dos Depósitos do Sector de Seguros no Sector Bancário

A exposição da banca ao sector de seguros tem reduzido nos últimos anos, ao passar de um peso de 1,071 % em 2021 para 0,57 % em 2025 (Gráfico 24).



2.3.3. Investimentos e Margem de Solvência

No contexto dos investimentos representativos das provisões técnicas, dados de 2021 a 2025⁹ revelam o incremento da componente de OT e uma tendência para redução dos investimentos em obrigações corporativas e acções (Gráfico 25).



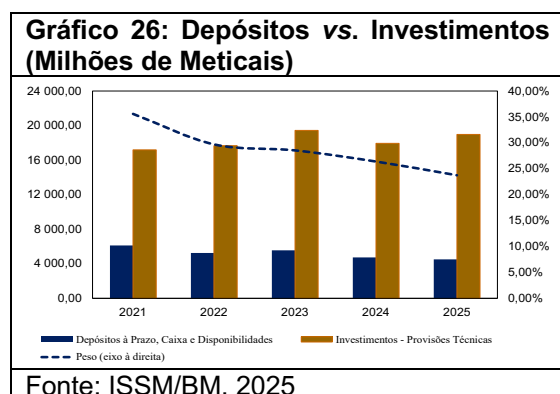
Evidencia-se o incremento dos investimentos do sector de seguros em títulos da dívida pública, em detrimento de aplicações no sector bancário, aumentando deste modo a sua exposição ao risco soberano e com potencial impacto na dinâmica do risco sistémico.

Por outro lado, este sector está ligado ao mercado financeiro através das suas actividades de investimento,

⁹ Dados preliminares de 2025.

aplicação em depósitos dos bancos e emissão de dívida.

Dados preliminares indicam que, em 2025, a percentagem dos depósitos totais do sector de seguros no total dos seus investimentos situou-se em cerca de 24,00 %, cifra próxima à observada em 2024 (Gráfico 26).



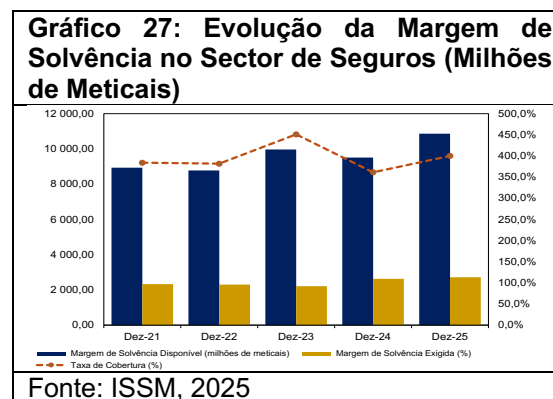
O desempenho do sector de seguros tem sido fortemente influenciado pela evolução da conjuntura macroeconómica e pelo desenvolvimento do sector bancário nacional.

Dados preliminares referentes a 2025 apontam que o sector de seguros continua a apresentar uma margem de solvência confortável para absorver perdas não previstas e assim cumprir com as suas obrigações.

A taxa de cobertura da margem de solvência é superior a 400 %, o que significa que as seguradoras detêm quatro vezes o nível de capital mínimo

exigido para cobrir os seus riscos operacionais e de subscrição.

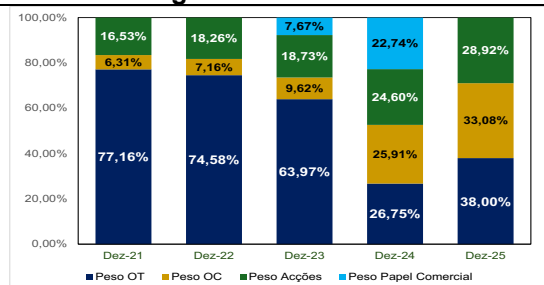
A margem de solvência exigida manteve-se estável e representa cerca de 1/5 da taxa de cobertura nos últimos anos, estando bastante acima do *benchmark* exigido (Gráfico 27).



2.3.4. Peso das Aplicações do Sector de Seguros no MVM

À semelhança do apetite ao risco soberano evidenciado pelo sector bancário, os investimentos do sector de seguros no MVM estão maioritariamente concentrados nas OT, que representam 38,00 % (contra 26,75 % em Dezembro de 2024), em detrimento dos outros títulos disponíveis no mercado de capitais, ficando, desta forma, igualmente expostos ao risco soberano (Gráfico 28).

Gráfico 28: Peso das Aplicações do Sector de Seguros no MVM



Fonte: BM, 2025

Entretanto, a ausência, em Dezembro de 2025, do papel comercial¹⁰ na capitalização bolsista – que seria outro instrumento preferencial para as seguradoras, devido à sua natureza de instrumento mais líquido ou de curtíssimo prazo (menor que um ano) – induz a uma redistribuição da proporção das aplicações do sector de seguros no MVM (Gráfico 28).

2.4. Mercado de Valores Mobiliários

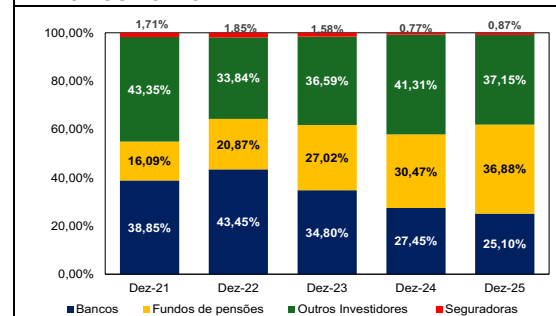
Em Dezembro de 2025, a capitalização bolsista do MVM situou-se em 221,99 mil milhões de meticais, contra 212,41 mil milhões de meticais em Dezembro de 2024, representando um peso de 14,37 % e 14,61 % no produto interno bruto (PIB)¹¹ nominal, respectivamente.

A actividade do MVM é sustentada, fundamentalmente, por instituições

¹⁰ Papel comercial é um título representativo de dívida de curto prazo (até 1 ano) transaccionado no mercado de capitais, onde as empresas obtêm recursos financeiros mediante o pagamento de uma taxa de juros e a devolução do valor investido até ao final do período do empréstimo.

integrantes do sistema financeiro, que estão na posse de 62,85 % (58,69 % em Dezembro de 2024) do valor das aplicações. Com efeito, o sector de fundos de pensões detém 36,88 % (30,47 % em Dezembro de 2024) do valor das aplicações no MVM, seguido do sector bancário com 25,10 % (27,45 % em Dezembro de 2024) e do sector de seguros com 0,87 % (0,96 % em Dezembro de 2024). Os restantes 37,15% (41,31 % em Dezembro de 2024) estão na posse de investidores de natureza diversa (Gráfico 29).

Gráfico 29: Peso dos Sectores do Sistema Financeiro no MVM

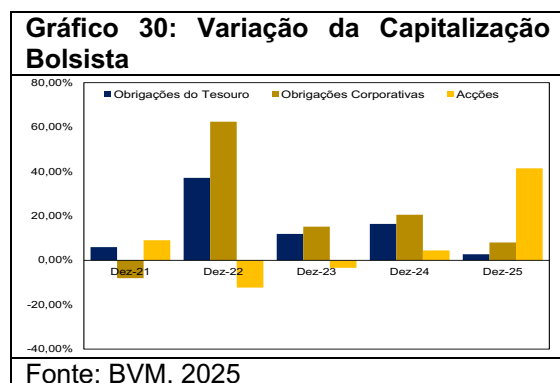


Fonte: BM, 2025

A dinâmica observada no MVM no período em análise resulta do aumento da capitalização bolsista nos segmentos de acções em 41,42 % (7,15 mil milhões de meticais), de OT em 2,71 % (5,01 mil milhões de meticais) e de obrigações corporativas

¹¹https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/pib_optica_despesa-30-05-2025 e PESOE 2026

em 8,04 % (0,52 mil milhões de meticais) (Gráfico 30).



O aumento da capitalização bolsista das OT deveu-se, fundamentalmente, à emissão de OT no valor de 42,01 mil milhões de meticais, face a vencimentos no valor de 37,01 mil milhões de meticais. Adicionalmente, registaram-se oscilações de preços, das OT cotadas na bolsa, devido a dinâmicas do mercado, contribuindo para o aumento da capitalização bolsista destas em 0,01 mil milhões de meticais.

Por seu turno, a evolução positiva da capitalização bolsista das obrigações corporativas foi fundamentalmente influenciada pela emissão de títulos no montante de 2,37 mil milhões de meticais, perante vencimentos no montante de 1,86 mil milhões de meticais, devido ao maior recurso das empresas a esta janela para fazer face às suas necessidades de financiamento. A oscilação de preços,

devido a dinâmicas do mercado resultou num incremento da capitalização bolsista destes títulos em 0,01 mil milhões de meticais.

No respeitante ao mercado de acções, a flutuação de preços foi o principal elemento explicativo da dinâmica observada no período em análise, tendo sido responsável pelo aumento da capitalização bolsista deste segmento em cerca de 7,16 mil milhões de meticais.

O impacto positivo do aumento dos preços das acções, mencionado no parágrafo precedente, foi contrabalançado pela saída de algumas empresas do mercado bolsista, cujas acções correspondiam a uma capitalização bolsista de 0,01 mil milhões de meticais.

Em Dezembro de 2025, as OT representaram 85,71 % da capitalização bolsista, após 87,22 % em Dezembro de 2024, o que sinaliza, de forma persistente, o financiamento do Estado com recurso a este segmento de mercado (Gráfico 31).

Este comportamento, associado ao aumento da dívida pública interna com recurso à utilização de bilhetes do

Tesouro (BT) e financiamento directo junto à banca nacional (Gráfico 32), incrementa o risco soberano, com potencial influência no risco sistémico e, por conseguinte, na estabilidade financeira.

Relativamente ao volume de transacções por categoria de títulos cotados na bolsa, as OT voltaram a registar o maior peso, em Dezembro de 2025, com 97,99 % do total, contra 99,80 % em Dezembro de 2024 (Gráfico 33).

Por outro lado, o reduzido volume de transacções nos segmentos das acções e obrigações corporativas sugere que o mercado de capitais continua a ser menos utilizado como alternativa para o financiamento à economia.

Ademais, o segmento das OT detém maior representatividade no número de instrumentos cotados por cada segmento do MVM (Tabela 7).

Esta dinâmica não favorece o alargamento das alternativas de financiamento para as empresas, o que, eventualmente, poderia, em alguns períodos, contribuir para a

redução do custo de financiamento destas.

Com efeito, nos últimos cinco anos, as taxas de juro das obrigações corporativas foram mais atractivas comparativamente à taxa *prime* (Gráfico 34).

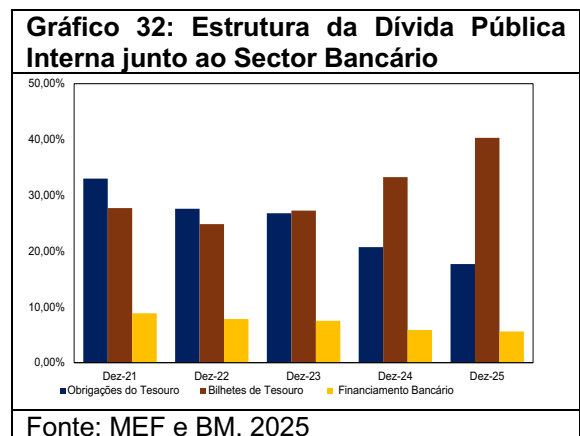
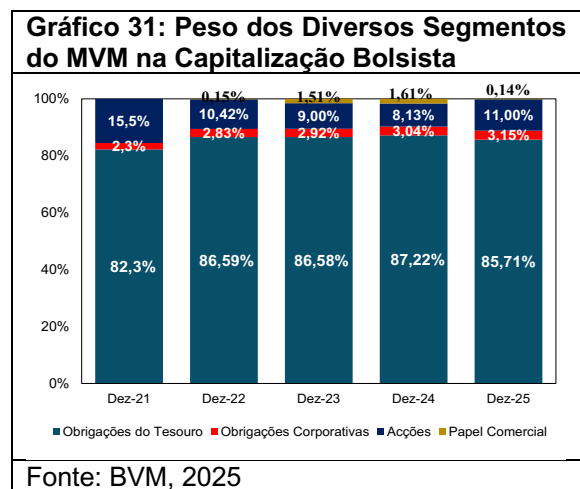
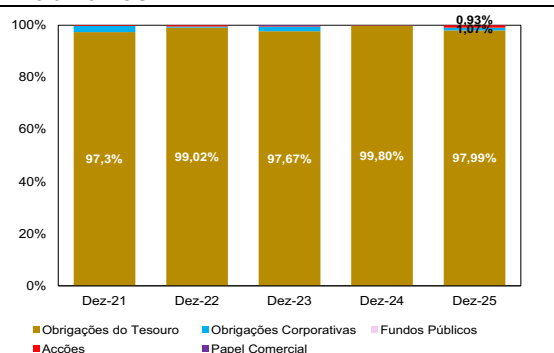


Gráfico 33: Peso do Volume de Transações por Categoria de Valores Mobiliários



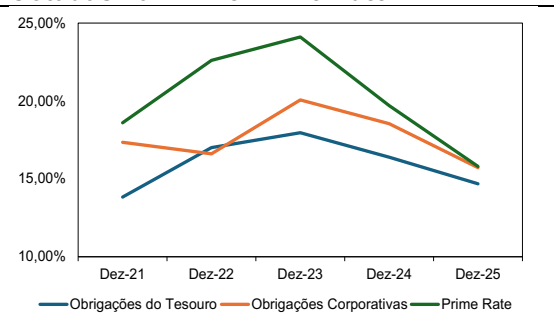
Fonte: BVM, 2025

Tabela 7: Emissões Cotadas na BVM

	Dez-21	Dez-22	Dez-23	Dez-24	Dez-25
Obrigações do Tesouro	33	39	43	50	51
Obrigações Corporativas	9	13	16	18	19
Fundos Públicos	0	0	0	0	0
Acções	12	12	16	16	11
Papel Comercial	0	1	9	7	2
Total	54	65	84	91	83

Fonte: BVM, 2025

Gráfico 34: Taxas de Juro das Obrigações Cotadas na BVM e Prime Rate



Fonte: BM e BVM, 2025

III. INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS

Em 2025, o Sistema Nacional de Pagamentos (SNP) manteve um desempenho sólido e alinhado com os objectivos de estabilidade financeira, assegurando a continuidade, segurança e eficiência dos fluxos de pagamentos na economia.

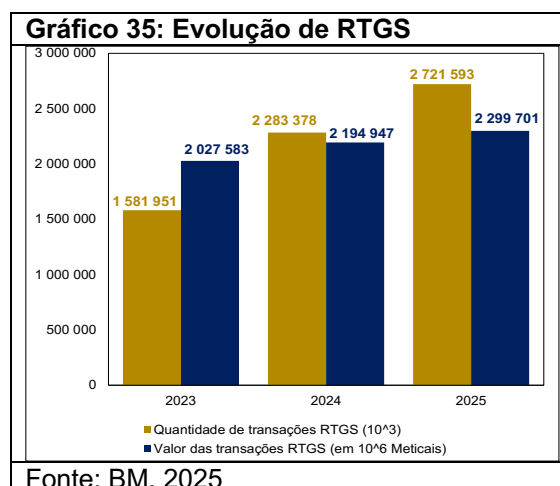
A expansão dos meios de pagamento digitais, aliada à modernização da infra-estrutura, fortaleceu a capacidade do sistema de mitigar riscos sistémicos, melhorar a gestão de liquidez e garantir a resiliência operacional dos mercados financeiros.

A contínua modernização do SNP, com destaque para o sistema de transferências e liquidação interbancária em tempo real (RTGS), permitiu a redução dos riscos de pagamento e a transmissão segura de fundos entre instituições e outros utilizadores dos serviços de pagamento.

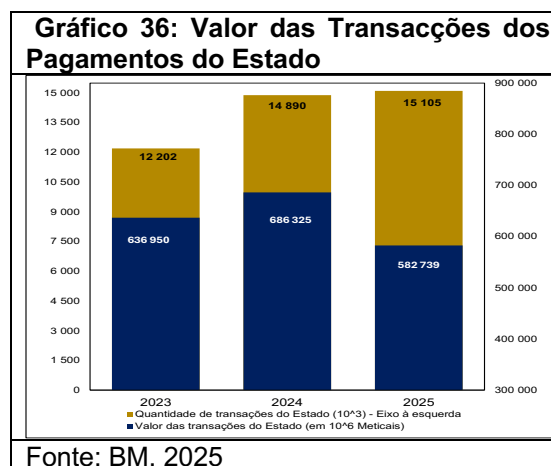
A forte expansão dos pontos de venda (POS), do *mobile banking* e *internet banking* contribuiu para a diversificação dos instrumentos de pagamento e o aumento da digitalização dos pagamentos, em paralelo com a resiliência do sistema financeiro.

3.1. Sistema de transferências e liquidação interbancária em tempo real

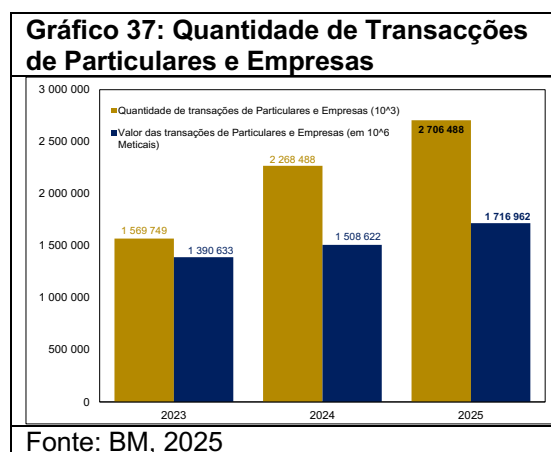
Em 2025, as transacções do Sistema de Liquidação de Transferência por Grosso em Tempo Real (RTGS)¹² aumentaram, tanto em volume quanto em valor, em comparação com o ano de 2024, reflectindo o maior uso desta plataforma de pagamentos pelos participantes (Gráfico 35).



Em 2025, o volume dos pagamentos do Estado que são processados pelo sistema RTGS registou uma redução em 103,59 mil milhões de meticais comparativamente a 2024, equivalente a 15,9 % (Gráfico 36).



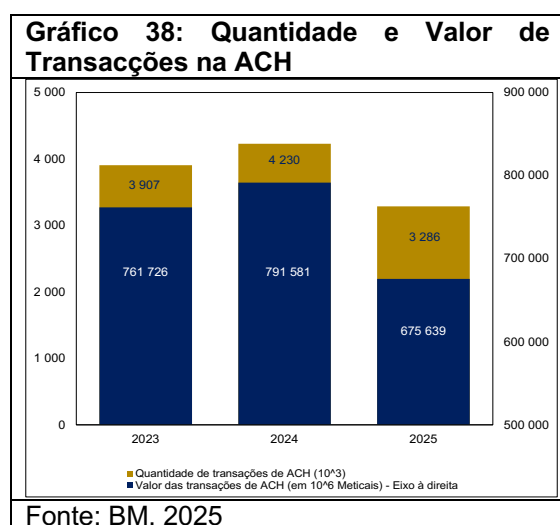
Por sua vez, os pagamentos de particulares e empresas processados pelo RTGS registou um aumento de 208,34 milhões de meticais relativamente a 2024, equivalente a 13,81 % (Gráfico 37), sendo esta a componente que explica o aumento no valor de transacções totais do sistema.



¹² O RTGS é o sistema que permite o processamento de pagamentos do Estado, particulares e empresas.

3.2. Sistema de Compensação Electrónica (ACH¹³)

No período em apreço, observou-se uma redução da quantidade e do valor das operações realizadas por via deste sistema¹⁴, em comparação com 2024, nas cifras de 22,31 % (944 mil transacções) e 14,65 % (115,94 milhões de meticals). Esta redução é fruto da modernização dos sistemas de pagamento e da diversificação das alternativas para a realização de pagamentos, bem como da adopção de meios de pagamentos mais rápidos e cómodos (Gráfico 38).

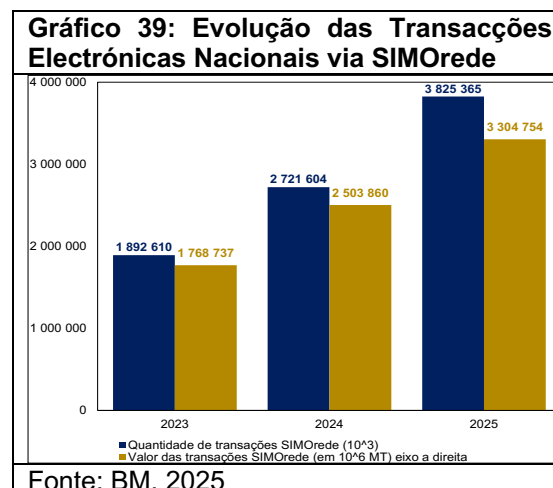


¹³ Automated clearing house.

¹⁴ O sistema ACH trata da compensação e liquidação electrónica de instrumentos de pagamento em moeda nacional (cheques e ordens de pagamento), e das

3.3. Transacções Electrónicas Nacionais via SIMOrede

O volume e o valor das transacções electrónicas nacionais via SIMOrede evoluíram no sentido positivo, ao registarem aumento de 40,56 % (1.103,76 milhões de transacções) e 31,99 % (800.984,36 milhões de meticals), respectivamente, reflectindo o uso cada vez maior deste sistema pelos agentes económicos (Gráfico 39).



As transacções electrónicas nacionais via SIMOrede incluem todas as operações realizadas nos seguintes canais (i) terminais ATM; (ii) terminais POS; (iii) *mobile banking* e (iv) IME.

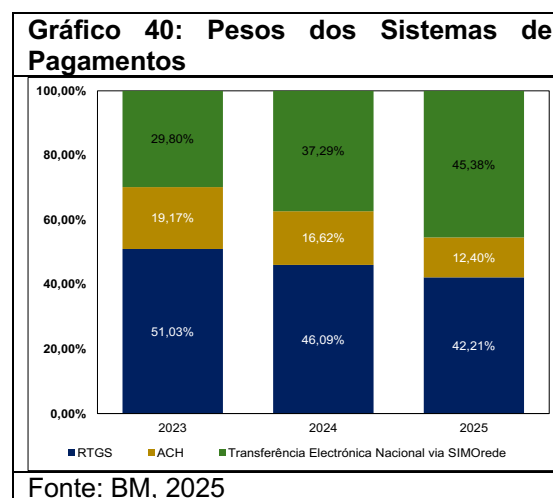
operações processadas através das redes electrónicas de pagamentos e da Bolsa de Valores de Moçambique. É gerido pelo BM e nele participam as instituições financeiras.

3.4. Peso Relativo dos Sistemas de Pagamentos

As transferências electrónicas nacionais via SIMOrede constituíram, em 2025, o elemento de maior peso no conjunto dos sistemas de pagamentos responsáveis pelo processamento de transacções realizadas em território nacional. Nos dois anos precedentes, o sistema RTGS detinha maior peso no total de transacções realizadas em território nacional.

O crescimento (em volume e valor) das transacções electrónicas nacionais via SIMOrede deve-se à combinação de diversos factores, nomeadamente, conveniência (realizar operações sem necessidade de se deslocar a uma agência bancária), disseminação de *smartphones*, forte inovação tecnológica no sector financeiro, estratégias das próprias instituições financeiras (as transacções digitais representam custos operacionais mais reduzidos do que as presenciais, com potencial repassagem dessa economia de custos aos clientes), mudanças de comportamentos, reforço da cibersegurança, mudança geracional e digitalização de serviços quotidianos (compras *online*, *apps* de entrega), que

propiciam a adaptação das pessoas ao ambiente virtual (Gráfico 40).



3.5. Desenvolvimentos Regulatórios em 2025

Em 2025, o SNP foi marcado por desenvolvimentos regulatórios visando a modernização e aumento da eficiência do sistema, promoção da interoperabilidade, redução de custos, aumento da segurança e confiabilidade. Entre os principais marcos regulatórios estruturantes, há a destacar os seguintes:

- (i) Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2025-2031 (lançada oficialmente em Agosto de 2025), no respeitante ao propósito de expansão e consolidação de serviços financeiros digitais e reforço da segurança cibernética;

(ii) Processo de revisão da Lei do SNP, para acomodar a transformação digital, fortalecer a supervisão e garantir a integridade das operações financeiras modernas, tendo culminado com a aprovação pelo Conselho de Ministros de Moçambique, na sua 4.^a Sessão Ordinária, realizada a 17 de Fevereiro de 2026, da proposta de Lei que estabelece a nova Lei deste sistema;

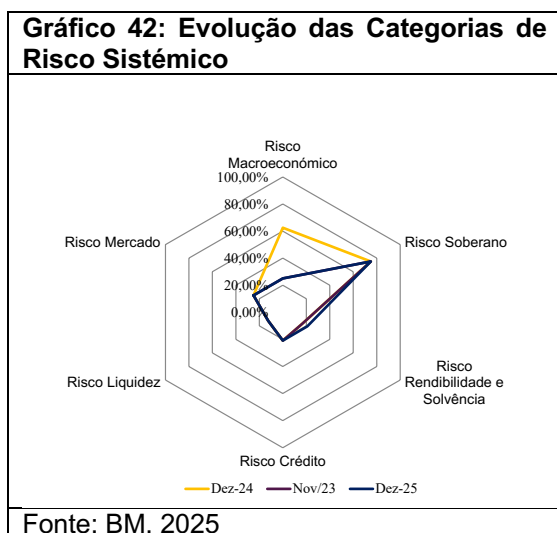
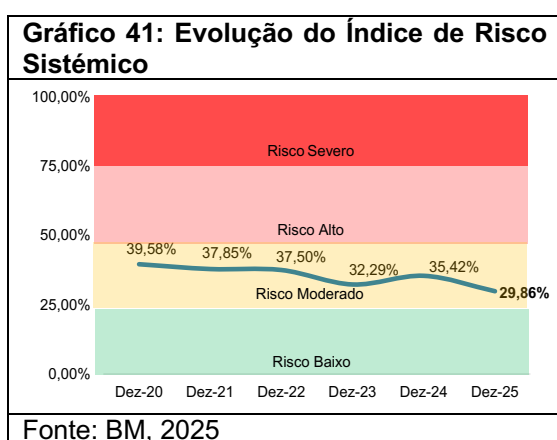
(iii) O BM consolidou o desenvolvimento do METIX (novo sistema de pagamentos instantâneos), que permite transferências de dinheiro em tempo real entre diferentes bancos e carteiras móveis, cujo lançamento oficial teve lugar no dia 16 de Março de 2026;

(iv) O Banco de Moçambique aprovou o Aviso n.º 8/GBM/2025, de 20 de Novembro, que estabelece obrigações reforçadas de reporte de incidentes tecnológicos e cibernéticos para todas as instituições de crédito e sociedades financeiras, no contexto do fortalecimento da resiliência operacional e cibernética do sistema financeiro nacional. Este Aviso introduz um quadro formal, vinculativo e sancionatório, com impacto directo na governação, gestão de risco

operacional, continuidade do negócio e reputação institucional.

IV. AVALIAÇÃO DO RISCO SISTÊMICO

Em Dezembro de 2025, o índice de risco sistémico¹⁵ permaneceu no nível moderado, tendo-se fixado em 29,86 %, o que representa uma redução de 5,56 pp comparativamente ao observado em Dezembro de 2024 (Gráfico 41).



A redução do índice de risco sistémico é explicada, essencialmente, pela

diminuição do risco macroeconómico (Gráfico 42).

A avaliação das diferentes categorias de risco permite constatar o seguinte:

4.1. Risco macroeconómico

O risco macroeconómico registou uma redução ao passar do nível de risco alto, em 2024, para moderado, em 2025, influenciado pelos seguintes factores:

- Crescimento anual do PIB em 4,67 %, no IV trimestre de 2025, após uma contracção de 5,68 % em igual período de 2024;
- Desaceleração da inflação anual passando de 4,15 %, em Dezembro de 2024, para 3,23 %, em Dezembro de 2025.

4.2. Risco soberano

Em 2025, o risco soberano continuou no nível severo.

A prevalência do risco soberano no nível severo decorre da pressão sobre o endividamento público interno.

¹⁵ Este índice varia de 0 % a 100 %. À medida que se aproxima de 0 % reduz o risco sistémico, e vice-versa.

Com efeito, o rácio do crédito ao Governo sobre o crédito total e o rácio dívida pública sobre o PIB continuam em níveis elevados.

4.3. Risco de rendibilidade e solvência

O risco de rendibilidade e solvência manteve-se no nível baixo.

Os indicadores de rendibilidade mostram que o sector bancário teve um desempenho financeiro positivo no período¹⁶.

No que respeita à solvência, o sector prevalece robusto e com níveis adequados de capitalização¹⁷.

4.4. Risco de crédito

O risco de crédito permaneceu no nível baixo, em Dezembro de 2025.

Esta categoria de risco manteve-se neste nível, favorecido pela redução do NPL.

Ademais, o hiato crédito à economia sobre o PIB continuou em território negativo, abaixo da sua tendência de longo prazo.

4.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez permaneceu no nível baixo.

Os indicadores desta categoria de risco, nomeadamente rácio de cobertura de liquidez de curto prazo e rácio de transformação dos depósitos em crédito¹⁸, estiveram em níveis de risco baixo, favorecidos pelo fraco crescimento do crédito à economia.

4.6. Risco de mercado

O risco de mercado manteve-se no nível moderado.

A permanência do risco de mercado neste nível é justificada pela redução da *prime rate* do sistema financeiro, num contexto em que os demais indicadores, designadamente, volatilidade cambial (Metical/USD), rácio de crédito em moeda estrangeira sobre crédito total e rácio de depósitos em moeda estrangeira sobre depósitos totais, se mantiveram estáveis.

¹⁶ Vide item 2.1.3.4.

¹⁷ Vide item 2.1.3.1.

¹⁸ Vide item 2.1.3.5.

4.7. Perspectivas da evolução do risco sistémico

As perspectivas de evolução do risco sistémico no curto e médio prazos assentam no seguinte:

O **risco macroeconómico** poderá agravar-se, tendo em consideração (i) as perspectivas de um crescimento económico mais lento devido aos efeitos dos choques climáticos e ao provável abrandamento da economia global e (ii) a revisão em alta das perspectivas de inflação, no curto e médio prazos, como reflexo, entre outros factores, dos efeitos do conflito no Médio Oriente.

Relativamente ao risco soberano prevê-se que o mesmo permaneça no nível severo, assumindo a manutenção da pressão sobre o endividamento público interno.

No respeitante ao **risco de rendibilidade e solvência**, não se antevêm grandes flutuações dos respectivos indicadores, o que sinaliza a manutenção do nível de risco baixo desta categoria.

Quanto ao **risco de crédito**, as perspectivas apontam para a sua manutenção no nível baixo, a

avaliar pela estabilidade do rácio de NPL na casa de um dígito e pelo fraco crescimento do crédito à economia.

No concernente ao **risco de liquidez**, prevê-se que este permaneça no nível de risco baixo, assumindo-se que os indicadores que compõem esta categoria de risco se mantenham estáveis.

Perspectiva-se que o **risco de mercado permaneça no nível moderado**, como resultado da manutenção da estabilidade cambial e assumindo a inversão da tendência de redução da *prime rate* devido à interrupção do ciclo de redução da taxa MIMO.

A conjugação das perspectivas de evolução das componentes do risco sistémico aponta para a manutenção do índice de risco sistémico no nível moderado, no curto e médio prazos.

V. VULNERABILIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO

Em 2025, o sistema financeiro demonstrou resiliência, mantendo indicadores de desempenho positivos perante um quadro de riscos multifacetados, entretanto persistem fragilidades que podem agravar os riscos financeiros e não financeiros.

No plano doméstico, a estabilidade financeira foi condicionada pela pressão sobre as finanças públicas e pelos riscos de segurança na província de Cabo Delgado, num período também marcado por tensões pós-eleitorais e pela exposição a choques climáticos, factores que testaram a capacidade de absorção das instituições financeiras.

Endividamento público

A pressão sobre a dívida pública persistiu em 2025, com particular incidência na componente interna (Tabela 8). Este dinamismo reflectiu o recurso intensivo a OT e BT para o financiamento do défice de tesouraria.

	Milhões de Meticais				
	2021	2022	2023	2024	2025
Dívida Externa	663 298,00	645 295,70	645 027,00	636 549,00	621 283,80
Dívida Interna	226 398,17	281 548,50	313 633,00	406 996,00	474 013,30
Total da dívida	889 696,17	926 844,20	958 660,00	1 043 545,00	1 095 297,10

Fonte: MEF, 2025

Em Dezembro de 2025, o *stock* da dívida interna fixou-se em 474 mil

milhões de meticais. Este cenário, exacerbado pelos atrasos nos pagamentos do Estado, comprometeu a confiança nos títulos soberanos e gerou rigidez nas taxas de juro do mercado interbancário, limitando a eficiência do mercado financeiro.

Instabilidade militar na província de Cabo Delgado

A instabilidade militar em Cabo Delgado continua a afectar alguns distritos, prejudicando a distribuição de bens e a confiança dos investidores. O risco elevado na circulação de mercadorias trava a retoma das actividades económicas locais, especialmente na agricultura familiar e em pequenos negócios. Como consequência, os custos com segurança e com o apoio às populações deslocadas têm aumentado significativamente.

Tensão pós-eleitoral

Os efeitos da tensão pós-eleitoral sobre a maioria dos sectores de actividade influenciaram o desempenho da economia no ano em análise. Este cenário afectou o volume de negócios, devido às restrições na circulação de pessoas e bens, e elevou a taxa de desemprego em consequência da paralisação das

actividades, com impacto na estabilidade financeira.

Factores climáticos adversos

Eventos extremos, como os ciclones Dikeledi e Jude (ocorridos em Janeiro e Março de 2025, respectivamente), provocaram a destruição severa de edifícios públicos e privados, infra-estruturas e unidades de produção. Este cenário agravou significativamente os riscos físicos e elevou os custos de recuperação e reconstrução nacional.

A recorrência destes fenómenos meteorológicos no País compromete directamente a capacidade dos mutuários afectados de honrar os seus compromissos perante o sector bancário. Este incumprimento materializa o impacto das mudanças climáticas no sistema financeiro, traduzindo-se num aumento do risco de crédito e exercendo uma pressão negativa sobre a economia de forma generalizada.

Caixa 2: Regulamentação da Política Macroprudencial – Avaliação da Aplicação da Reserva de Capital Contracíclico no Sector Bancário Moçambicano

A reserva contracíclica de fundos próprios (CCyB) é um instrumento de política macroprudencial, estabelecido pelo Basileia III, utilizado por bancos centrais para garantir a estabilidade do sistema financeiro.

A estrutura do CCyB fornece aos supervisores uma ferramenta para alterar os requisitos de capital a fim de proteger os bancos das fases de expansão e recessão do ciclo financeiro, tendo em consideração o ambiente macrofinanceiro em que os bancos operam.

As directrizes do Comité de Basileia III publicadas em 2010 elucidam que o objectivo do CCyB é actuar como medida macroprudencial de amplo alcance, a fim de proteger o sector bancário do crescimento excessivo do crédito agregado que esteja associado ao aumento do risco sistémico.

Durante a fase de expansão do ciclo de crédito, a reserva (*buffer*) de capital contracíclico pode ser activada, pelo que as instituições financeiras são obrigadas a constituir uma reserva adicional de capital (fundos próprios de elevada qualidade, como o *Common Equity Tier 1*) com finalidade precaucional, podendo ser utilizada na fase de contracção do ciclo.

A libertação do capital adicional durante períodos de contração permite que os bancos absorvam perdas e continuem a conceder crédito à economia real, evitando o agravamento da crise.

O *framework* do Bank for International Settlements (BIS) atribui ao hiato crédito/PIB um papel de destaque como indicador de alerta e guia orientador para os formuladores de políticas, e auxilia na análise sobre a activação ou o aumento do CCyB e na comunicação das decisões relacionadas. Mas a ligação entre o hiato crédito/PIB e o CCyB não é mecânica. Em vez disso, o *framework* permite que os formuladores de políticas avaliem como as reservas são constituídas e libertadas. O julgamento, no entanto, deve complementar a análise quantitativa, que também pode usar indicadores diferentes do hiato crédito/PIB na gestão do instrumento.

O BIS recomenda, como uma referência para orientar a activação do CCyB, a análise do hiato de crédito/PIB (“hiato do crédito”), definido como a diferença entre a razão do crédito sobre o PIB e sua tendência de longo prazo.

Como regra geral de implementação do CCyB, o BIS sugere a seguinte avaliação:

Gap	Reserva adicional a constituir
< 2 %	A reserva é geralmente fixada em 0 %.
Entre 2 % e 10 %	A reserva aumenta linearmente.
> 10 %	A reserva atinge o seu nível máximo recomendado de 2,5 % (embora possa ser superior em casos extremos).

Considerações sobre a activação da reserva de capital contracíclico para o sector bancário moçambicano

A reserva contracíclica de fundos próprios é um dos instrumentos disponíveis na política macroprudencial do BM, que compreende uma reserva adicional constituída por fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1*), que, ao assegurar a disponibilidade de capital nas instituições, contribui directamente para o reforço da resiliência do sistema bancário.

O hiato crédito à economia sobre o PIB permanece bem abaixo de qualquer ajuste previsto do limite inferior do CCyB (gráfico 43).

Gráfico 43: Hiato CE/PIB - Moçambique



Fonte: Banco de Moçambique

VI. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL

O Comité de Estabilidade e Inclusão Financeira decidiu, em face da avaliação do risco sistémico e da conjuntura macrofinanceira doméstica e internacional, manter inalteradas as medidas de política macroprudencial em vigor para a preservação da estabilidade financeira, designadamente:

- **Constituição de uma reserva de capital adicional pelas instituições classificadas como D-SIBs e Quase D-SIBs, fixada em 3,0 %, 2,0 % e 1,0 %, respectivamente;**
- **Limite de 100,0 % no rácio entre o montante dos empréstimos garantidos por um determinado bem e o valor do mesmo bem (LTV);**
e
- **Limite de 100 % no rácio entre o montante das prestações mensais dos créditos do mutuário e o seu rendimento líquido mensal (DTI).**

Caixa 3: Rede de Segurança de Depósitos e Resolução Bancária

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) constitui um dos pilares fundamentais da rede de segurança financeira, desempenhando um papel crucial na preservação da confiança do público no sistema bancário e na mitigação do risco de corridas aos depósitos. Ao assegurar a protecção dos depositantes até um limite definido, o mecanismo de garantia contribui para a estabilidade financeira e reduz a probabilidade de pânico bancário em períodos de tensão no sistema financeiro.

A robustez de um sistema de garantia de depósitos depende, em larga medida, da adequação dos seus recursos financeiros, da proporcionalidade face à dimensão dos depósitos protegidos e da sua capacidade de resposta a eventos de insolvência bancária. Estes princípios encontram-se consagrados nos *Core Principles for Effective Deposit Insurance Systems*, definidos pela International Association of Deposit Insurers (IADI).

Em Moçambique, o FGD foi instituído pelo Decreto n.º 49/2010, tendo o seu mandato sido significativamente reforçado pelo Decreto n.º 36/2024, que introduziu o modelo “PayBox Plus”. Este enquadramento amplia o papel do Fundo para além do reembolso de depósitos garantidos, permitindo a sua participação em medidas de resolução bancária destinadas a preservar a estabilidade do sistema financeiro.

A entrada em vigor do Diploma Ministerial n.º 85/2024 introduziu um novo modelo de financiamento do FGD, baseado na média trimestral dos depósitos garantidos e numa taxa de contribuição de 0,174 %, bem como estabeleceu uma taxa de cobertura e um nível-alvo mínimo de 10 % dos depósitos garantidos. Esta alteração normativa reforça a disciplina financeira do Fundo e enquadra a trajectória de capitalização observada nos indicadores de 2025.

De acordo com o FGD, em Dezembro de 2025, os depósitos totais¹⁹ ascenderam a 721.268,51 milhões de meticais, face a 212.221,33 milhões de meticais em Dezembro de 2024, representando um crescimento absoluto de 509.047,19 milhões de meticais (aproximadamente 240 %). O total segurado passou de 23.870,93 milhões de meticais para 31.448,29 milhões de meticais, registando crescimento de 31,7 %. O crescimento expressivo observado traduz dinamismo do sistema, mas aumenta o desafio de capitalização do FGD.

O crescimento expressivo da base de depósitos está associado a factores como:

- Aumento de grandes depósitos institucionais;
- Alteração legislativa que ampliou o âmbito da garantia, passando a estar cobertos todos os depósitos nas instituições participantes, incluindo juros corridos, e a cobertura foi igualmente estendida a pessoas singulares e colectivas, residentes e não residentes, em moeda nacional e estrangeira.

Contudo, a expansão da base total não foi acompanhada por crescimento proporcional do montante segurado, resultando na redução do rácio global de protecção. O total segurado corresponde a apenas 4 %, situando-se muito abaixo das boas práticas, que fixam o limite entre 20 % e 40 %.

Tabela 9: Principais Indicadores de Fundos para o FGD

INDICADOR	Dez-24	Dez-25	Diferença	Benchmark Internacional (Referência IADI / Boas Práticas)
Depósitos totais	212 221,32	721 268,51	509 047,19	
Total segurado	23 870,93	31 448,28	7 577,36	20%–40% dos depósitos totais
Nível de protecção	11,25%	4,36%	-6,89%	20%–40% considerado saudável
Saldo do fundo	1 847,63	2 185,34	337,71	Crescimento contínuo e estável
Cobertura efectiva	7,74%	6,95%	-0,79%	10%–30% (dependendo do modelo de risco)
Número total de contas	4 761,36	4 739,11	-22,26	
Contas totalmente cobertas	4 275,63	4 344,22	68,59	≥ 90% das contas
Contas protegidas	89,80%	91,67%	1,87%	90%–95%
Nível de exposição	92,26%	93,05%	0,79%	< 60% desejável
Fundo alvo	21 222,13	72 126,85	50 904,72	2%–5% dos depósitos segurados

Fonte: FGD, 2025

O nível de protecção é o rácio entre o total segurado e os depósitos totais. Indica a proporção do sistema bancário que se encontra coberta pela garantia. Este indicador reduziu de 11 %, em 2024, para 4 %, em 2025, correspondendo a uma diminuição de 7 pontos percentuais, situando-se muito abaixo das boas práticas que estabelecem um nível de protecção entre 20 % e 40 %. Nos termos do Regulamento do FGD, o reembolso incide sobre o valor global dos saldos de cada depositante na instituição participante, até ao limite de 40 mil meticais. A redução do nível de protecção sugere: (i) aumento da proporção de depósitos acima do limite garantido; e (ii) maior concentração de valores em depositantes de elevado montante.

A redução do nível de protecção normalmente indica crescimento desproporcional de grandes depósitos.

No período em análise, o saldo do Fundo que corresponde aos recursos financeiros acumulados pelo FGD, resultantes essencialmente de contribuições das instituições participantes e rendimentos de aplicação, aumentou de 1847,63 milhões de meticais para 2185,34 milhões de meticais, correspondendo a um crescimento de 337,71 milhões de meticais (aproximadamente 18 %). Entretanto, a cobertura efectiva reduziu-se de 8 % para 7 %, situando-se abaixo dos limites estabelecidos pelas boas praticas, que fixam este rácio entre 10 % e 30 %. Embora o Fundo tenha registado crescimento nominal, o mesmo revelou-se insuficiente face à expansão da base de depósitos. A redução da cobertura efectiva indica deterioração da capacidade relativa de resposta do Fundo.

As contas totalmente cobertas correspondem ao número de contas cujo saldo individual é inferior ou igual ao limite de garantia, estando integralmente protegidas. O número total de contas reduziu-se ligeiramente de 4.761.362 para 4.739.106. As contas totalmente cobertas aumentaram de 4.275.627 para 4.344.222, elevando a proporção de contas protegidas de 90 % para 92 %. Este dado indica que, do ponto de vista do número de depositantes, a maioria

¹⁹ O depósito total inclui depósitos à ordem e a prazo, titulados por pessoas singulares e colectivas, residentes e não residentes, em moeda nacional e estrangeira, independentemente de estarem ou não cobertos pela garantia.

continua integralmente protegida dentro do limite legal. Contudo, o valor financeiro encontra-se crescentemente concentrado em contas de maior dimensão.

O nível de exposição mostra a percentagem dos depósitos totais que excede o limite de garantia, indicando a parcela potencialmente sujeita a risco em caso de falência bancária. O mesmo aumentou de 92 % para 93 %, evidenciando crescimento marginal da proporção de depósitos não cobertos. Níveis elevados de exposição aumentam a sensibilidade a choques de confiança. A expansão significativa da base de depósitos, conjugada com a redução do rácio de protecção, altera o perfil agregado de risco na medida em que: (i) aumenta o volume absoluto potencialmente não coberto; (ii) amplia a diferença entre o fundo disponível e a base total de depósitos; e (iii) reforça a importância de trajectória consistente de capitalização.

O fundo-alvo, montante de referência que o FGD deve atingir num horizonte de 10 anos, calculado como percentagem do saldo do fundo sobre os depósitos totais, evoluiu de 21.222,13 milhões de meticais, em 2024, para 72.126,85 milhões de meticais, em 2025. Entretanto, o grau de cumprimento reduziu-se:

- 2024: 8,7 % do fundo-alvo;
- 2025: 3,0 % do fundo-alvo.

Verifica-se, assim, aumento do desfasamento relativo entre o saldo acumulado e o fundo-alvo, em função da nova dimensão do sistema.

O artigo 9.º do Diploma supracitado estabelece que o nível-alvo do FGD deve corresponder, no mínimo, a 10 % do total dos depósitos garantidos, devendo ser alcançado num horizonte de 10 anos.

Atingir o nível-alvo de 10 % em 10 anos é exequível sob condições macrofinanceiras estáveis. Contudo, a forte expansão da base de depósitos observada em 2025 sugere que a capitalização deverá ser acompanhada de monitoria prudencial contínua, para evitar o aumento do desfasamento entre a dimensão do sistema e os recursos disponíveis.

Caixa 4: Análise de Resiliência do Sector Bancário – Teste de Esforço para 2027

No âmbito da monitoria contínua da estabilidade do sistema financeiro, o BM realizou testes de esforço para avaliar a robustez das instituições de crédito e do sector bancário, perante cenários hipotéticos de elevada severidade. Estes exercícios visam identificar vulnerabilidades latentes e assegurar a prontidão de mecanismos de mitigação e resposta.

1. Enquadramento e cenários de esforço

O recente exercício de teste de esforço baseou-se na simulação de um cenário macroeconómico adverso, mas plausível, que ocorre em 2027, caracterizado por:

- Contexto externo: persistência de tensões geopolíticas globais, com impacto directo na volatilidade dos preços de energia e fertilizantes, e disrupções nas rotas comerciais internacionais.
- Contexto interno: elevada pressão macroeconómica resultante da ocorrência de fenómenos climáticos adversos, nomeadamente o fenómeno *El Niño*²⁰, marcado por secas, que poderão resultar na contracção da actividade económica.

2. Desempenho do sector bancário no cenário macroeconómico adverso

Em condições de *stress* macroeconómico, incluindo subida de taxas de juro e inflação, o sector bancário nacional demonstra uma capacidade de absorção de choque assinalável. Embora se observe uma compressão natural das margens de rentabilidade (ROE) e um aumento prudencial das provisões, os rácios de solvabilidade mantêm-se, na generalidade, acima dos mínimos regulamentares, suportados por políticas de retenção de resultados anteriores.

3. Exercício de sensibilidade: exposição ao sector público

Como exercício de resiliência máxima, o teste inclui simulações relativas à dinâmica do endividamento público interno. Os resultados indicam que a elevada exposição a activos soberanos representa o desafio mais significativo para a capitalização do sector:

- Impacto no capital: a necessidade de constituir imparidades adicionais exerceria uma pressão severa sobre os fundos próprios. Sob condições extremas de perda total de valor destes activos, o rácio de solvabilidade poderia ficar aquém dos níveis recomendados, exigindo planos de recapitalização imediatos.
- Transmissão à economia real: o exercício sublinha que a interdependência entre o Estado, as empresas fornecedoras e a banca pode gerar um efeito de contágio, elevando o rácio de NPL.

4. Conclusões e medidas prudenciais

Os resultados deste teste de esforço não constituem previsões, mas sim ferramentas de gestão de risco. A análise reforça a importância de:

²⁰ As previsões climáticas para o horizonte de 2026 e 2027 indicam uma fase de transição significativa, com a dissipação gradual dos efeitos do *La Niña* e a probabilidade elevada (superior a 90 %) de retorno ao padrão *El Niño* a partir do segundo semestre de 2026.

- Diversificação de carteira: incentivar as instituições a diversificar as suas exposições, reduzindo a concentração em activos soberanos.
- Reforço de *buffers*: manter políticas de distribuição de dividendos conservadoras em períodos de incerteza para fortalecer o capital de nível 1 (CET1).
- Planos de contingência: assegurar que os bancos possuem planos de recuperação de liquidez e capital actualizados e testados.

O BM reafirma que o sistema mantém níveis de capital adequados e que a monitoria rigorosa destes cenários visa, precisamente, garantir que as medidas correctivas sejam tomadas antes que qualquer risco se materialize.

Glossário

Activos ponderados pelo risco – expressão conhecida internacionalmente por *risk weighted asset* (RWA), corresponde ao resultado da ponderação de cada activo por um coeficiente de risco para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade. A sua determinação obedece aos requisitos estipulados no Aviso n.º 09/GBM/2017, de 5 de Junho.

Cost-to-income – indicador calculado pela relação entre custos operacionais e o produto bancário, que mede a eficiência da organização.

Debt-to-income (DTI) – rácio entre o montante da prestação mensal calculada com todos os empréstimos do cliente e o(s) seu(s) rendimento(s) mensal(is).

Fundos próprios – conceito utilizado na supervisão bancária como referência fundamental para a aplicação de vários rácios e diversas normas prudenciais.

Imparidades – com origem no termo em inglês *impairment*, corresponde ao valor contabilístico registado nas demonstrações financeiras para fazer face a perdas esperadas relacionadas com os activos. Este montante deve ser deduzido do valor do respectivo activo, com o objectivo de corrigir o seu valor tendo em conta a probabilidade de perdas associadas.

Índice de volatilidade global dos mercados de acções (VIX) – o índice de Volatilidade S&P 500, também conhecido como CBOE *Volatility Index* ou VIX, é um indicador que mede a volatilidade esperada do mercado de acções dos EUA. Valores mais altos indicam uma

expectativa de maior volatilidade e incerteza, enquanto valores mais baixos sugerem maior confiança e estabilidade.

Loan-to-value (LTV) – rácio entre o montante total dos contratos de crédito garantidos por um determinado bem e o preço de aquisição ou o valor da avaliação do bem dado em garantia para crédito.

MSCI World (Morgan Stanley Capital International) – o Índice Morgan Stanley Capital International é formado por acções corporativas de médio e grande porte com actuação global ou em economias avançadas num universo de 23 países (Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, Noruega, Portugal, Singapura, Suécia, Suíça e Reino Unido). O MSCI World é um índice ponderado pela capitalização bolsista, o que significa que as empresas de maior dimensão têm uma maior influência no seu desempenho, proporcionando aos investidores uma ampla exposição às principais economias.

NPL – sigla em inglês da expressão *non-performing loans*. Corresponde aos créditos não produtivos, ou seja, créditos que não geram fluxos positivos e rendibilidade aos bancos.

Produto bancário – conjunto das receitas operacionais recebidas por uma instituição financeira: comissões, juros, *trading*, operações interbancárias.

Provisões regulamentares – valores reconhecidos para fazer face a perdas relacionadas com as actividades das instituições financeiras. Estas são constituídas de acordo com o regime prudencial determinado pelas autoridades de supervisão.

Rácio de solvabilidade – quociente entre fundos próprios e os activos ponderados pelo risco.

Riscos – factores associados a incertezas e que, em caso da sua materialização, apresentam impactos no capital e nos resultados.

ROA – sigla em inglês de *return on assets*, correspondente à rendibilidade dos activos, que se obtém pela divisão do resultado líquido pelo activo total e mede o lucro gerado por cada unidade monetária de activos.

ROE – sigla em inglês de *return on equity*, correspondente à rentabilidade dos capitais próprios, que se obtém pela divisão do resultado líquido pelos capitais próprios.

Sector bancário – conjunto de instituições de crédito que visam a intermediação financeira, através da captação de depósitos e concessão de crédito.

SIMOREde – Rede única nacional de pagamentos electrónicos em Moçambique, interliga os bancos comerciais e as carteiras móveis, permitindo transacções em ATM, POS e pagamentos de serviços e bens.

Sistema financeiro – conjunto de instituições financeiras que operam em Moçambique, supervisionadas pelo BM e pelo Instituto de Supervisão de Seguros.

Tier I – expressão em inglês que corresponde aos fundos próprios de base (Nível 1), os quais incluem o capital de melhor qualidade (capital social, reservas e resultados transitados), que responde em primeira linha aos compromissos assumidos pela instituição.

Tier II – expressão em inglês que corresponde aos fundos próprios complementares (Nível 2), constituídos por elementos de capital que não são fundos próprios de base e podem ser mobilizados para absorver perdas (empréstimos subordinados, reservas de reavaliação, entre outros).

Vulnerabilidades – conjunto de características que evidenciam as fraquezas de um determinado sistema.

Anexo 1: Principais Indicadores de Solidez Financeira

Descrição	Dez-21	Dez-22	Dez-23	Dez-24	Dez-25
Adequação de capital					
Rácio de solvabilidade agregado	26,19 %	26,96 %	25,67 %	26,11 %	28,14 %
Rácio de solvabilidade de base	26,71 %	27,52 %	26,65 %	26,82 %	28,70 %
Rácio de alavancagem	13,27 %	12,97 %	13,49 %	12,54 %	12,88 %
Qualidade de activos					
Rácio de NPL	10,60 %	8,97 %	8,24 %	9,31 %	7,47 %
Rácio de cobertura do NPL (eixo à direita)	72,63 %	71,84 %	66,04 %	60,29 %	51,27 %
Rendibilidade					
ROA	3,93 %	4,69 %	4,66 %	3,57 %	2,16 %
ROE	25,15 %	27,29 %	19,11 %	14,77 %	8,63 %
Rácio da margem financeira	64,08 %	68,49 %	63,87 %	66,65 %	63,53 %
Rácio <i>cost-to-income</i>	53,75 %	53,84 %	53,79 %	58,22 %	56,55 %
Liquidez e gestão de fundos					
Rácio activos líquidos/depósitos totais	67,98 %	69,49 %	49,62 %	52,56 %	62,76 %
Rácio activos líquidos/total do Activo	47,89 %	50,50 %	34,36 %	36,49 %	44,97 %
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	68,30 %	69,79 %	47,42 %	49,64 %	60,46 %
Rácio de transformação dos depósitos em crédito	50,22 %	47,06 %	44,90 %	40,84 %	37,28 %

